



RELATÓRIO E
CONTAS

2019

Arsenal do Alfeite, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2020.

Relatório elaborado nos termos dos artigosº 65.º, 66.º e 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com as instruções sobre o processo de prestação de contas de 11 de março de 2020 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Índice

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
I - OBJETIVOS DA GESTÃO	11
II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA.....	14
III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS.....	18
Descrição do Plano de Atividades e Orçamento para 2019.....	18
Perspetiva global da atividade	23
Perspetiva setorial da Atividade	27
Principais atividades comerciais por Setor de Negócio.....	28
IV - RECURSOS HUMANOS	31
Gestão de Recursos Humanos.....	31
Saúde no trabalho.....	36
Formação profissional	37
Responsabilidade Social.....	39
V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	42
VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	46
VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO.....	48
VIII - PERSPETIVAS FUTURAS	50
IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	57
X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	67
Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	69
1. Objetivos de gestão	69
2. Gestão do risco financeiro.....	70
3. Limite de crescimento do endividamento	71
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos.....	71
5. Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista	72
6. Remunerações.....	72
7. Estatuto do Gestor Público.....	72
8. Despesas Não Documentadas	73
9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.....	74

RELATÓRIO E CONTAS

10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	74
11. Contratação Pública	75
12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).....	75
13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais	75
14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.....	77
15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	78
16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	78
17. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado.....	78
ANEXO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	81
Balço em 31 de dezembro de 2019	81
Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2019	82
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2019 ...	83
Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2019	84
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	86
ANEXO III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	139
Demonstração do desempenho Orçamental	139
Demonstração de Execução Orçamental da receita.....	140
Demonstração de execução orçamental da despesa.....	141
Anexo às Demonstrações Orçamentais	142
Alterações Orçamentais da Receita.....	142
Alterações Orçamentais da despesa	143
Operações de Tesouraria.....	144
Contratação Administrativa	145
Adjudicações por tipo de procedimento.....	146
APÊNDICES.....	147
APENDICE 1.....	148
REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	148
APENDICE 2.....	153
SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	153



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No ano que agora termina comemoraram-se os 80 anos de atividade de construção e reparação naval nos estaleiros do Alfeite, mas sobretudo importa assinalar o conjunto de oportunidades e de desafios que temos pela frente, e que com o contributo e a dedicação de toda a equipa que diariamente cruza os portões da empresa, nos permitem encarar o futuro com confiança.

Assim, o ano de 2019 fica marcado por um expressivo aumento nas vendas e nos serviços prestados (acréscimo de 5,23M€, a que corresponde um aumento de 48,7 %) e por uma franca melhoria nos resultados (2,51M€), ainda que não tenha sido possível sair dos resultados negativos. Significa também um aumento na capacidade de produção, facto que representa o esforço e a motivação acrescida de todos os trabalhadores.

Fica ainda marcado pelo reinício da atividade de reparação de submarinos e por um elevado número de navios reparados e entregues ao cliente. Por exemplo, em junho estiveram em simultâneo em intervenções de docagem ou alagem nas nossas instalações, o submarino Arpão (doca seca), a corveta João Roby (plano inclinado), o patrulha Mondego (doca flutuante) e o navio escola Sagres, este último navio numa doca seca externa, além de se continuar a assegurar os serviços de reparações eventuais e urgentes à esquadra e a construção dos salva-vidas.

Em duas perspetivas diferentes, mas ambas marcantes e estruturais para o desenvolvimento dos processos e para que se consigam atingir os objetivos definidos, destaca-se a elaboração de um plano de ação de alinhamento estratégico com a Marinha, assente em ferramentas de planeamento, processos e comunicação, e a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2019-2021 pela tutela das Finanças, o que foi conseguido pela primeira vez na história da Arsenal do Alfeite, S.A., e pelo que representou e representa no desbloquear de dificuldades crónicas, caso do recrutamento de trabalhadores, desde logo iniciado.

O ano de 2019 fica também marcado pelo reconhecimento da capacidade da Arsenal do Alfeite, S.A. em acrescentar valor em concursos internacionais ou a clientes estrangeiros, tendo sido estabelecido um consórcio com o estaleiro Gondan (Espanha) para a construção e manutenção de navios de transporte de passageiros, negociado um contrato de reparação de uma fragata com o estaleiro DMI (Países Baixos), concretizado em 2020, pela assinatura de um acordo de alinhamento estratégico com o estaleiro DAMEN (Países Baixos), pelo desenvolvimento de um protocolo de cooperação com a Administração dos Portos de Sines e Algarve, S.A. e pelo retornar da colaboração com a Marinha Real de Marrocos através de inspeções cuidadas a alguns dos seus navios, possibilitando a entrega de propostas de reparação, que se espera concretizadas no ano em curso.

Apraz-nos ainda realçar a entrada em projetos de cooperação internacional e na utilização de novas ferramentas de trabalho, como é o caso do projeto BUGWRIGHT2 cofinanciado pela União Europeia (desenvolvimento de solução robótica para inspeção de cascos de navios) e da manufatura de componentes por adição por impressão 3D, o que significa que estamos abertos à diversificação da nossa atividade, e que vemos na inovação e nas novas tecnologias, uma forma de valorização do nosso produto e do conhecimento intrínseco do estaleiro e das pessoas.

Este Conselho de Administração deparou-se com um estaleiro e equipas altamente preparadas e profissionais com provas dadas e o respeito granjeado além-fronteiras, porém, num ambiente de elevada desmotivação e equipas esmorecidas pela falta de resposta a ambições profissionais, uma subutilização crónica em alguns setores, gestão de projetos muito aquém das melhores práticas e atrasos em alguns projetos bandeira, como possa ser o caso das Lanchas Salva Vidas. Estamos conscientes que se melhorou bastante, mas importa continuar o esforço para de facto alterar a perspetiva financeira da empresa.

Contudo, o contexto legislativo em que a Arsenal do Alfeite, S.A. se insere, enquanto empresa pública reclassificada, continua a exigir um conjunto de obrigações pouco habituais em ambiente empresarial, desde logo porque inibidoras da utilização de múltiplas variáveis de decisão nas vertentes da gestão de recursos humanos ou



financeiras, ainda assim foi nosso propósito, e continuará a sê-lo ao longo do mandato, levar a cabo um conjunto de transformações que habilitem a Arsenal do Alfeite, S.A. a crescer, garantindo a sua sustentabilidade financeira, honrando as suas parcerias estratégicas e satisfazendo os seus clientes. As transformações anteriormente mencionadas decorrem, em larga medida, dos objetivos estratégicos para o triénio 2018-2020 alicerçados em múltiplos projetos e iniciativas consolidadas pelos cinco objetivos chave, e que continuam presentes, a saber:

- Garantir o alinhamento com a Marinha Portuguesa;
- Aumentar o volume de negócios;
- Desenvolver capacidades empresariais para a inovação, competitividade e internacionalização;
- Desenvolver competências de modo a incrementar o valor acrescentado do capital humano;
- Realizar parcerias e alianças geradoras de valor.

É conhecida a exposição da Arsenal do Alfeite, S.A. à Marinha atenta a representatividade no seu volume de negócios ser ainda superior a 80%, bem como a capacidade e as valências que está obrigada a manter em função do carácter de serviço público a que se vê legalmente obrigada. De facto, o exercício fiscal em apreço (2019), corresponde já ao trabalho desenvolvido com a Marinha, o nosso principal cliente, no âmbito do alinhamento estratégico e marca a tendência de aumento da carteira de encomendas e da nossa capacidade de resposta, quer por alterações na estrutura interna, quer na atribuição de prioridades e melhoria nos processos internos.

Este Conselho de Administração continua a observar com muita preocupação a dificuldade de rejuvenescimento dos recursos humanos do estaleiro. Cerca de 40 trabalhadores com um maior capital de conhecimento e experiência, atingiram a idade da reforma e saíram da empresa antes do início do recrutamento de trabalhadores, o que impossibilitou a transferência e retenção das suas competências. Espera-se que durante o ano de 2020 este aspeto se venha a atenuar progressivamente, pois os trabalhadores



admitidos vão começar a ganhar a necessária experiência profissional e ficar melhor integrados no processo produtivo do estaleiro.

O ano de 2019 aprofundou o crónico défice de investimento, não tendo sido ainda possível atender à modernização de algumas das suas mais que necessitadas infraestruturas, caso da construção da ponte cais, da disponibilização de um meio alternativo de docagem para submarinos e da adaptação das oficinas à realidade dos nossos dias, entre muitas outras necessidades, incluindo as de natureza ambiental. A este facto não será alheio o continuado desempenho negativo da exploração, pelo que se estabelece a inversão da série de resultados negativos como absoluta prioridade da gestão, reconquistando assim o crédito junto do acionista e da tutela, bem como a capacidade financeira necessária para satisfazer as reformas de múltiplas valências do estaleiro.

Num contexto difícil constituem ainda assim fatores de estímulo alguns acontecimentos como a entrada em doca do submarino Arpão e o início da primeira revisão intermédia desta classe de submarinos em Portugal. Este é este um marco muito relevante na afirmação do estaleiro e no importante contributo para capacidade submarina no nosso país e em acréscimo, no potencial que representa para o objetivo de internacionalização. O início dos trabalhos de reparação de mastros de submarino, pela sua complexidade e carácter abrangente de tecnologias é também digno de realce, bem como a entrega do navio escola Sagres, depois de meses de árduo trabalho de preparação para a viagem da volta ao mundo iniciada em janeiro de 2020.

Os desafios são vastos, a visão ambiciosa e o contexto em que operamos complexo. Somos por isso chamados a honrar os mais de 80 anos de uma história repleta de altos e baixos, mas acima de tudo, muitos êxitos, colocando ao dispor dos nossos clientes um saber fazer aperfeiçoado por várias gerações de arsenalistas.

O Conselho de Administração reconhecidamente agradece o empenho e a disponibilidade dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., bem como aos seus representantes na

RELATÓRIO E CONTAS

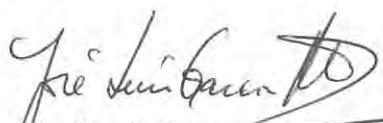
Comissão de Trabalhadores, cujo contributo para o melhor desempenho deste ano foi, e é fundamental.

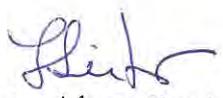
É também de realçar a relação estreita existente com a Câmara Municipal de Almada e a Assembleia Municipal de Almada, parceiros estratégicos desta empresa, estendendo o nosso agradecimento a todo o Município de Almada pelo interesse e acompanhamento atento e próximo, com que segue o trabalho desenvolvido no estaleiro.

Aos nossos inúmeros parceiros, clientes e fornecedores endereçamos o nosso sincero agradecimento, certos de que o futuro nos reserva renovados desafios e projetos aliciantes. Também uma especial palavra de agradecimento à Marinha Portuguesa, nosso principal cliente, e cuja história está indelevelmente ligada à Arsenal do Alfeite, S.A., pelo espaço que partilhamos, pela confiança nos nossos processos de reparação e pelos homens e mulheres cujos caminhos se entrecruzam no nosso estaleiro, sabendo que o aprontamento dos navios com qualidade é o elo fundamental na cadeia de valor e o alicerce para o permanente reforço da confiança individual e coletiva.

Por fim, importa agradecer à acionista Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., enquanto acionista – em liquidação, concretizada com efeitos a 31 de dezembro, através do despacho nº 786/2020 de 21 de janeiro, e sobretudo ao Governo, na sua função de tutela setorial da Defesa Nacional, sem esquecer o Tesouro e Finanças, pela atenção e acompanhamento que têm dispensado à Arsenal do Alfeite, S.A..

O Conselho de Administração


José Luís Garcia Belo
(Presidente do Conselho de Administração)


Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão
(Vogal do Conselho de Administração)



I - OBJETIVOS DA GESTÃO



I - OBJETIVOS DA GESTÃO

Em 2019, a Arsenal do Alfeite, S.A., manteve-se firme no propósito de atingir o necessário equilíbrio económico e financeiro, mantendo em paralelo o foco na estabilidade do emprego e no fomento de políticas potenciadoras da sustentabilidade do estaleiro, quer no âmbito económico, quer social e ambiental, e na prossecução das obrigações de serviço público perante a Marinha Portuguesa.

Sendo uma empresa do setor empresarial do Estado, e dadas as suas obrigações de serviço público, deu continuidade ao reforço nas capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas, na internacionalização do estaleiro e no desenvolvimento de parcerias e alianças geradoras de valor.

Sem perder de vista os objetivos estratégicos, delineados no início do mandato do Conselho de Administração, sublinham-se os três grandes vetores de ação que nortearam o esforço da empresa durante o ano de 2019 e que permitiram atingir resultados de curto prazo, designadamente, (1) a concretização gradual das medidas tendentes à obtenção do licenciamento industrial definitivo e ao cumprimento das condições da declaração de impacte ambiental favorável, (2) o prosseguimento da capacitação da empresa para reparar os submarinos da classe Tridente da Marinha Portuguesa e outros afins, e ainda (3) a retoma da construção naval no estaleiro com o projeto e construção de dois salva-vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos, extensivo a mais dois, recorrendo a modernas tecnologias de construção em materiais compósitos.

Refere-se o especial enfoque colocado na satisfação dos clientes com os serviços prestados e produtos fornecidos, quer em termos de qualidade, quer em matéria de competitividade de preços e de prontidão da assistência técnica disponibilizada, fortalecendo relações de confiança mútua, numa perspetiva de sustentabilidade da relação a longo prazo com clientes e fornecedores, em particular com a Marinha Portuguesa.

RELATÓRIO E CONTAS



De realçar nesta matéria, que o Plano de Atividades e Orçamento para 2019 foi aprovado e conseqüentemente a tão aguardada autorização por parte de S. Exa, o Secretário de Estado do Tesouro, para a contratação de trabalhadores.

Ainda no término no ano, foram encetadas diligências tendentes ao recrutamento autorizado, de modo a compensar a constante redução do efetivo que se tem verificado, dando-se assim ênfase à manutenção da elevada competência técnica do capital humano da empresa como seu principal ativo.



II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA



II - RECOMENDAÇÕES DA ACIONISTA

A Arsenal do Alfeite, S.A., cumpriu as orientações emanadas pela acionista, nomeadamente em sede da Assembleia Geral de 17 de maio de 2019 relativamente à aplicação de resultados.

A acionista, para além do acima referido e dos objetivos gerais de boa gestão, sempre presentes na administração de uma empresa de capitais públicos, não enunciou para o triénio quaisquer outros objetivos específicos, admitindo-se que tal resulte do facto de se encontrar em processo de liquidação.

Contudo, e no âmbito da Assembleia Geral, expressou uma recomendação no sentido do Conselho de Administração diligenciar no sentido da prossecução da redução do Prazo Médio de Pagamento, bem como garantir a divulgação da informação prevista no n.º 2 do artigo 24º do decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maior (cujo preceito tem correspondência no n.º 2 do artigo 26º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para o ano de 2019) e recomendou, ainda, que fossem adotadas as diligências tendentes à garantia do cumprimento das disposições legais em matéria de contratação de trabalhadores e de gastos operacionais, bem como, ao cumprimento das disposições legais sobre a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Destaca-se a respeito da recomendação mencionada no parágrafo anterior, o escrupuloso cumprimento dado pela Arsenal do Alfeite, S.A., com especial enfoque para a substancial redução do Prazo Médio de Pagamentos que registou, em 2019, uma média de 28,89 dias, muito inferior à registada em 2018 que se cifrava em 60,53.

De se enfatizar, ainda, a deliberação da acionista tomada em sede de Assembleia Geral realizada em 13 de julho de 2018, nos termos do n.º 3 do artigo 386.º do Código das Sociedades Comerciais, com vista à alteração dos estatutos da empresa, de modo a permitir a constituição, aquisição ou participação no capital de sociedades cujo objeto esteja, direta ou indiretamente, relacionado com o objeto da Arsenal do Alfeite, S.A., nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado.



Refira-se que a alteração estatutária foi objeto do competente registo, constando a ampliação do objeto da sociedade na Certidão Permanente da empresa.

Releva-se a completa disponibilidade para prestar à Marinha Portuguesa de forma preferencial todos os serviços de reparação e manutenção naval militar a que está obrigada contratualmente, tendo-o feito de modo a induzir neste cliente um bom grau de satisfação. Paralelamente, também por orientação ministerial, deu-se continuidade ao processo de capacitação para proceder a grandes revisões dos submarinos da Marinha Portuguesa e mantiveram-se as relações com a Marinha Real de Marrocos, assegurando a continuação da reparação dos seus navios. Ainda por orientação ministerial, a empresa desenvolveu as ações necessárias à retoma da construção, concretizadas com a assinatura de um memorando de entendimento no final de 2016 e posterior assinatura de contrato de construção de duas embarcações salva-vidas, com opção para mais duas, em 21 de fevereiro de 2017, cuja construção decorreu durante o ano de 2019, estando previsto para o primeiro trimestre de 2020, a conclusão do aprestamento e restantes provas.

As orientações recebidas, acima identificadas, começaram a ser devidamente implementadas em 2016, nomeadamente mediante celebração e execução do contrato de formação e cedência de *know-how* a trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., concretizado em contexto de trabalho no âmbito da primeira grande revisão do submarino "Tridente" em Kiel, na Alemanha. De salientar que a capacitação em apreço permitiu a efetivação, na Arsenal do Alfeite, S.A. e, portanto, pela primeira vez em território nacional, da primeira grande revisão do submarino "Arpão", cujos contratos com a Marinha Portuguesa e com a Thyssenkrupp Marine Systems foram assinados em dezembro de 2018 e que tiveram em execução no decorrer do ano de 2019.

Por outro lado, evidencia-se o esforço contínuo da empresa em matéria ambiental, com vista à mitigação das irregularidades detetadas nesta matéria, destacando-se as medidas prosseguidas, em 2019, com vista à melhoria da gestão de resíduos, mediante criação das condições necessárias para a separação na origem, aumentando-se assim a reciclagem,

RELATÓRIO E CONTAS



bem como as medidas encetadas no âmbito das monitorizações das águas superficiais de modo a se avaliar a carga de poluentes decorrentes das atividades exercidas na doca seca, doca flutuante e plano inclinado. De se salientar, ainda neste âmbito, que foi implementado e posto em funcionamento, o projeto realizado para contenção dos efluentes resultantes dos tratamentos realizados nestes meios de alagem, garantindo-se assim o encaminhamento, como resíduo, até à instalação e entrada em funcionamento da ETARI.

No que se refere ao Ministério das Finanças e das respetivas orientações, o exercício de 2019 foi objeto de um escrupuloso controlo orçamental, tendo a despesa ficado abaixo do valor orçamentado aprovado, líquido de cativações, pese embora a receita tenha ficado também ela aquém do previsto pelas razões explanadas no presente relatório.



III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS



III - ATIVIDADES E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Descrição do Plano de Atividades e Orçamento para 2019

O Plano de Atividades e Orçamento para 2019 previa que, na vertente principal do negócio, a atividade da Arsenal do Alfeite, S.A., se centraria na continuidade e consolidação da sua relação de parceria com a Marinha Portuguesa, através de diversos projetos de manutenção planeada de meios navais da esquadra, bem como, na extensão e desenvolvimento do processo de internacionalização de projetos planeados com a Marinha Real de Marrocos.

Previa, ainda, na vertente da construção naval, a continuidade do programa de construção de embarcações salva-vidas para a Autoridade Marítima Nacional/ Instituto de Socorros a Náufragos, cuja entrega se previa durante o decorrer do ano 2019.

Ao nível do projeto de navios, para além do desenvolvimento dos projetos de modernização dos navios-patrolha da classe "Tejo" (STANFLEX 300, adquiridos pelo Estado Português ao Reino da Dinamarca) e do projeto para a construção dos salva-vidas L150SV, anteriormente referidos, é mencionada no Plano de Atividades e Orçamento para 2019 a expectativa da participação como elemento ativo, no projeto e construção das próximas gerações de navios para a Marinha Portuguesa.

Por último, e não menos importante, previa-se o arranque em 2018, estendendo-se até meados de 2020, da revisão intermédia do submarino da classe "Tridente", NRP "Arpão", contratualizada pelo estaleiro construtor – Thyssenkrupp Marine Systems GmbH - e pela Marinha Portuguesa, a qual representa a primeira das grandes intervenções em submarinos da nova geração, consolidando o processo de capacitação da Arsenal do Alfeite, S.A. na manutenção planeada destes submarinos, o que não veio a acontecer em virtude dos contratos só terem sido assinados em 18 de dezembro.

RELATÓRIO E CONTAS

A este nível, destacavam-se as dotações inscritas em sede de orçamento de 2019 que perfaziam uma expectativa de receitas de 21.993.439,00 €:

- Construção Naval – Marinha Portuguesa: 1.300.000,00 €;
- Reparação Naval - Marinha Portuguesa: 14.513.000,00 €;
- Reparação Naval Internacional - Superfície: 3.850.000,00 €;
- Reparação Naval Internacional - Submarinos: 1.878.000,00 €;
- Reparação Naval – Outros: 50.000,00 €
- Outros Serviços: 402.439,00 €.

Marinha Portuguesa

A estimativa para o ano de 2019 em termos dos serviços a prestar à Marinha Portuguesa, assentava nos seguintes projetos de reparação naval:

Navio	Início	Valor	Receita Estimada
		Previsível Contratos (€)	2019
Submarino	set/18	3.067.000	715.000
SRU e EV	jan/19	6.059.000	6.059.000
NRP Guadiana (Stanflex)	set/17	3.200.000	2.214.000
NRP Sagres	set/18	1.753.000	1.384.000
NRP Centauro	set/19	1.015.000	369.000
NRP Argos	jan/19	2.030.000	2.030.000
NRP Vasco da Gama	set/19	8.487.000	677.000
NRP Pégaso	jan/19	1.015.000	1.015.000
NRP Sagres (Modernização)	fev/19	26.150.000	50.000
TOTAL			14.513.000

(a) **Submarino:** Contrato para os serviços de estaleiro associados à Revisão Intermédia e Docagem do NRP “Arpão”, a decorrer entre 2018 e 2020;

(b) **Serviços de Reparação Urgente e Eventuais:** estimativa realizada pela Arsenal do Alfeite, S.A., representando o volume anual médio histórico das encomendas nos últimos 5 anos para este tipo de trabalho;

- (c) Programa STANFLEX (NRP "Guadiana"): Trata-se de um programa de reequipamento (novos meios) da Marinha Portuguesa, mais precisamente os navios-patrolha da classe "Tejo", adquiridos em segunda mão à Dinamarca, todos em estado de desarmamento. A reativação, revisão intermédia e modernização dos 4 navios são suportados pela Lei de Programação Militar, e totalmente efetuadas pela Arsenal do Alfeite, S.A., estando em curso o NRP "Guadiana" entre 2018 e 2019;
- (d) NRP "Sagres": Contrato relativo à docagem e pequena reparação do navio, executado entre 2018 e 2019;
- (e) NRP "Centauro": Contrato relativo à docagem e pequena reparação do navio, adiado em 2019;
- (f) NRP "Argos": Contrato relativo à docagem e pequena reparação do navio, adiado em 2019;
- (g) NRP "Vasco da Gama": Contrato relativo à docagem e revisão do navio, adiado em 2019;
- (h) NRP "Pégaso": Contrato relativo à docagem e pequena reparação do navio, adiado em 2019;
- (i) NRP "Sagres" (Modernização): Trata-se de um programa da Marinha Portuguesa para a modernização e extensão do ciclo de vida do navio, previsto entre 2021 e 2024, que visa assegurar a operação sustentável, em segurança, e de acordo com os padrões atuais, e ainda a extensão da vida útil deste navio por mais 25 anos, suportada pela Lei de Programação Militar, e totalmente efetuada pela Arsenal do Alfeite, S.A.

Marinhas Estrangeiras

No que diz respeito ao processo de internacionalização com as Marinhas Estrangeiras (Marinha Real Marroquina), estimava-se para o ano de 2019, um volume de negócio de cerca 3.850.000 € na atividade de reparação naval:

Navio	Início	Fim	Valor Previsível Contratos (€)	Receita Estimada 2019 (€)
Marinha Marroquina – Patrouilleur Haute Mer - El Karib	dez/18	ago/20	8.750.000	3.850.000
				3.850.000

O montante estimado de receita, acima descrito, dada a sua natureza, não correspondia a uma dotação orçamental fixada no Orçamento do Estado, mas ao corolário da seguinte iniciativa:

- (a) Contrato para a grande reparação de um Patrouilleur d'Haute Mer, em fase de desenvolvimento com o Estado Marroquino, e que se estimava poder vir a ser celebrado em 2018, com execução entre 2018 e 2020.

Recursos humanos

A Arsenal do Alfeite, S.A., tem sofrido com a constante redução do número de recursos humanos ao seu dispor, a qual se vem a verificar desde a sua constituição como sociedade anónima em 2009, tendo atingindo o número de 450 trabalhadores em 31 de dezembro de 2019.

Importa, no triénio 2019-2021, conseguir efetivar o recrutamento de recursos que permitam manter o nível de competências que a Arsenal do Alfeite, S.A., requer para poder assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, sendo ainda relevante para assegurar a prestação de cada vez mais serviços a outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e assim promover a sustentabilidade da empresa e a renovação dos seus recursos humanos altamente especializados, de modo a que se possa proceder à transmissão, em tempo, do conhecimento existente (único no país), além da sua atualização.

De se enfatizar, nesta matéria, que o Plano de Atividades e Orçamento para 2019 foi aprovado e, conseqüentemente, a tão aguardada autorização por parte de S. Exa, o Secretário de Estado do Tesouro, para a contratação de trabalhadores. Ainda no término



do ano, foram encetadas as diligências tendentes ao recrutamento autorizado, de modo a compensar a constante redução do efetivo que se tem verificado, dando-se assim ênfase à manutenção da elevada competência técnica do capital humano da empresa como seu principal ativo. Foram recrutados 42 novos trabalhadores, dos quais cerca de 95% para a área da produção.

Refira-se, ainda, que a Arsenal do Alfeite, S.A., continuou a procurar o desenvolvimento profissional e pessoal e o bem-estar dos seus trabalhadores, através da realização de diversas ações que fomentem o espírito de equipa e da promoção de parcerias com entidades locais ou nacionais, incluindo no âmbito da educação e formação para valorização pessoal. Melhoraram-se as condições de trabalho dos trabalhadores, prevendo-se a manutenção da aposta na formação profissional dos seus trabalhadores.

Plano de investimentos/financiamento

O orçamento para 2019 incluía despesas com investimentos no montante de 1.680.000 €, refletindo, além das necessidades prioritárias usuais para a manutenção do estaleiro e das capacidades sedeadas e medidas básicas e urgentes de segurança no trabalho e de proteção ambiental, o investimento de carácter estratégico na capacitação da empresa para a manutenção de submarinos.

Todos os processos associados ao investimento em 2019 materializam vertentes imprescindíveis à continuidade operacional do estaleiro e à sua consolidação como estaleiro naval de referência através da constante atualização dos seus recursos tecnológicos e materiais

De se evidenciar que o financiamento dos investimentos, em qualquer caso, realizar-se-á com fundos próprios, sem recurso a financiamento bancário, através da utilização das suas receitas mediante a prestação de serviços.

Perspetiva global da atividade



Reparação Naval

A atividade da empresa no ano de 2019 caracterizou-se pelo alinhamento estratégico operacionalizado com o principal cliente, a Marinha Portuguesa.

Para o cliente Marinha Portuguesa, verificou-se o incremento do número de intervenções Eventuais (EV), decrescendo o número de Serviços de Reparação Urgente (SRU).

São dignos de realce a longa intervenção no Navio-Escola "Sagres", de modo a preparar o navio para a Volta ao Mundo, o aprontamento da fragata "D. Francisco de Almeida" para uma missão internacional, as intervenções nos navios hidrográficos "D. Carlos I" e "Gago Coutinho", a modernização e revisão do navio patrulha "Guadiana" (o quarto da classe "Tejo" adquiridos por Portugal à Dinamarca). Foram, ainda, efetuados os trabalhos de preparação da fragata "Corte Real" para uma missão no âmbito da OTAN e ações de manutenção nos navios de patrulha oceânica, "Viana do Castelo" e "Figueira da Foz", ao nível de Pequena Revisão e Revisão Intermédia, respetivamente.

Em virtude da ocupação da Doca Seca da Arsenal do Alfeite, S.A. com o projeto do submarino "Arpão", foi necessário o recurso a uma doca seca externa para o projeto do Navio-Escola "Sagres", o que implicou a deslocação de equipas da Arsenal para a concretização dos trabalhos, incrementando a complexidade do projeto.

Foram ainda concretizadas as docagens dos navios hidrográficos "D. Carlos I", a alagem das corvetas "João Roby" e "António Enes", e as docagens eventuais dos patrulhas "Tejo", "Mondego" e "Douro".

No que refere à vertente de reparação de submarinos, teve início a Revisão Intermédia e Docagem do submarino "Arpão", e foram concretizadas uma docagem de garantia e duas Revisões Assistidas no submarino "Tridente". Estão em curso trabalhos em sistemas dos submarinos, no seguimento de uma encomenda da Thyssenkrupp Marine Systems (tkMS), através de um contrato entre esta entidade e a Arsenal do Alfeite, S.A.. No âmbito



do Acordo Estratégico entre a Arsenal do Alfeite, S.A., a Marinha Portuguesa e a tkMS, têm vindo a ser identificadas novas linhas de ação para cooperação no futuro.

Complementarmente, o estaleiro procedeu à instalação de novos sistemas e equipamentos em navios da Marinha Portuguesa, quer em termos da plataforma quer em termos de Armas e Sensores, nomeadamente no patrulha "Tejo". De realçar as intervenções efetuadas nos sistemas da fragata "Vasco da Gama".

A conjugação dos factos anteriormente descritos, conduziu a que 2019 fosse um ano marcado por uma forte preponderância da Marinha Portuguesa em termos da distribuição do volume de negócios pelos diversos clientes, o que assinala de forma inequívoca a importância da Arsenal do Alfeite, S.A., para a sustentabilidade da esquadra da Marinha e, reciprocamente, a importância da Marinha Portuguesa para a Arsenal do Alfeite, S.A..

Na vertente de internacionalização, é de destacar a contratação da Arsenal do Alfeite, S.A. para a realização de trabalhos em sistemas da fragata "Bartolomeu Dias", através do Ministério da Defesa dos Países baixos e o contrato com a tkMS para a intervenção no submarino "Arpão".

Ainda em 2019, a atividade de reparação naval relativa aos clientes que não Marinhas militares (nacionais e estrangeiros), especialmente os privados, foi marginal em termos do impacto na faturação da empresa, apesar de terem existido diversas obras para clientes distintos, a par do incremento de consultas externas.

De se evidenciar que os contratos de cariz plurianual são um elemento fulcral no estabelecimento de uma metodologia de relacionamento que potencie e otimize a exequibilidade dos projetos de reparação planeados, sem existência de barreiras administrativas decorrentes das transições de ano, algo que tem vindo a ser abordado entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Marinha Portuguesa.



Assim, é imprescindível continuar o esforço de alinhamento entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Marinha Portuguesa, de modo a permitir a partilha em antecipação (mínimo de dois anos de antecedência) de um planeamento para a indução da carteira de encomendas da Marinha, e o estabelecimento de um contrato plurianual a não menos que três anos, idealmente a cinco anos, para a globalidade dos projetos com a Marinha, permitindo a esta deter uma capacidade de resposta efetiva em tempo à grande maioria das necessidades da esquadra.

Produtos Especiais e Manutenção Industrial

Para uma empresa com a estrutura da Arsenal do Alfeite, S.A. (i.e. fornecedora de serviços de reparação, ou modificação, funcionalmente integrados e tecnologicamente transversais) de navios militares, a prossecução da vertente da reparação naval comercial tem de ser necessariamente encarada como um produto colateral e complementar no negócio da empresa, esse sim centrado na reparação e construção naval militar. Para assegurar a competitividade no mercado nacional obrigaria à existência de contratos-quadro com as empresas detentoras dos meios marítimos que assegurassem a escala e o volume de negócios necessários para uma política de preços competitivos, pois em termos de uma abordagem pontual ao mercado verifica-se a prática de preços por empresas terceiras dificilmente coadunáveis com empresas que incorporam elevado valor acrescentado aos seus produtos.

Construção Naval

O ano de 2019 confirmou a capacidade de resposta do estaleiro a novos desafios, através do ritmo imposto ao projeto de construção naval, concretizando-se diversas fases importantes da construção da primeira lancha salva-vidas do tipo L150SV. Este projeto caracteriza-se pela inovação, desenvolvimento pela construção em material compósito, tipo *sandwich*, utilizando técnica de infusão, em molde integralmente produzido também pela Arsenal do Alfeite, S.A, e por ser um novo conceito. Além do projeto dos principais sistemas e do arranjo da lancha, é digno de menção a inclusão de uma mota de água e respetiva rampa de acesso ao salva-vidas. A Marinha Portuguesa apresentou uma Adenda

Contratual que reflete a complexidade do projeto e a necessidade de ajustar as datas de conclusão do projeto.



Lancha Salva-vidas do tipo L150SV

Pelo potencial que este novo conceito representa em termos de concretização de mais unidades para a Autoridade Marítima e da possível penetração no mercado internacional, tem sido identificado por diversas delegações de países amigos que visitaram o estaleiro em 2019, como uma oportunidade de reapetrechamento das suas instituições, nomeadamente na versão deste projeto como lancha de polícia.

A entrega destas embarcações está prevista para 2020.

Clientes

A Marinha Portuguesa é o principal cliente do estaleiro, identificando-se complementarmente outras entidades, quer a nível internacional quer nacional. Destacam-se a tkMS, o Ministério da Defesa dos Países Baixos e a Gabler. A nível nacional, com um volume de negócio significativamente menor, temos a OGMA, S.A., o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P., e algumas PME.



Perspetiva setorial da Atividade

As valências do estaleiro na área dos sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, bem como da Eletrónica representam as atividades que incorporam maior valor acrescentado, e que fazem da Arsenal do Alfeite, SA a única entidade nacional que as detém e integra, e que, materializa a diferença para qualquer outro estaleiro de reparação e/ou construção naval. Porém, estas valências específicas, sendo alvo de procura por um cliente único, o Estado Português (materializado na Marinha Portuguesa e na Força Aérea Portuguesa), muitas vezes numa ordem de grandeza insuficiente para colmatar os custos da sua existência, representam um "custo de soberania", que não se encontra suportado de forma consistente. O menor nível de recursos dos orçamentos de funcionamento das Forças Armadas tem conduzido à impossibilidade de a Marinha efetuar revisões e reparações planeadas às suas fragatas, e conseqüentemente, do estaleiro manter em pleno a sua atividade nestes setores específicos.

Está em curso um processo de recrutamento com vista a dotar o estaleiro com mão-de-obra rejuvenescida e capacitada, que venha a desenvolver a sua proficiência (processo oneroso, e que requererá diversos anos a concretizar), assegurando as competências basilares à execução do trabalho técnico de elevada complexidade e qualidade, como por exemplo nos sistemas das Fragatas da Classe "Bartolomeu Dias" e nos submarinos da Classe "Tridente".

Será ainda importante reforçar que a existência deste nicho de tecnologia e produtos de elevado valor acrescentado implica um processo de formação e de treino muito longo, dispendioso e que requer uma realimentação frequente, não apenas ao nível da formação de recursos humanos, mas também de atualização de formação e, acima de tudo, de exercício da atividade. Uma simples análise de mercado demonstra que este setor de capacidade do estaleiro é substancialmente mais económico que o recurso à subcontratação aos fabricantes e demais empresas internacionais, se esta for possível, cifrando-se em diferenciais de acréscimo de preço de mercado sempre superiores a 100% relativamente aos praticados pela Arsenal do Alfeite, SA.



Principais atividades comerciais por Setor de Negócio

Reparação Naval Militar

Ao nível do setor de negócio da Reparação Naval Militar há a destacar os seguintes projetos:

- Revisão Intermédia + Docagem do navio-escola "Sagres", da Marinha Portuguesa;
- Revisão Intermédia + Docagem do submarino "Arpão", da Marinha Portuguesa;
- Aprontamento da fragata "Dom Francisco de Almeida";
- Aprontamento da fragata "Corte Real";
- Revisão e Modernização/Modificação do patrulha "Guadiana", da Marinha Portuguesa;
- Revisões Assistidas (RA) do submarino "Tridente", da Marinha Portuguesa;
- Docagem de Garantia do submarino "Tridente", da Marinha Portuguesa, contratada pela tkMS;
- Revisão dos sistemas de Armas e Sensores da fragata "Vasco da Gama", da Marinha Portuguesa;
- Revisão Intermédia e Docagem do patrulha "Figueira da Foz", da Marinha Portuguesa;
- Pequena revisão do patrulha "Viana do Castelo", da Marinha Portuguesa;
- Reparações Eventuais e Urgentes nos diversos navios da Marinha Portuguesa.

Reparação Naval Comercial

Ao nível do setor de negócio da Reparação Naval Comercial foram estabelecidos contatos com a Transtejo, perspetivando-se a colaboração futura na área de manutenção e reparação dos meios dessa empresa. De se assinalar igualmente a assinatura de um protocolo com a Administração dos Portos de Sines e do Algarve para a realização futura de ações de manutenção em embarcações afetas a essa entidade.

Construção Naval

Ao nível do setor de negócio da Construção Naval, refere-se o projeto em curso da construção de lanchas salva-vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos, da Autoridade Marítima Nacional, com entrega prevista para 2020.



Em paralelo, foi estabelecida uma parceria com o estaleiro Gondan, S.A. (Espanha) para a construção e manutenção de embarcações de passageiros.



IV - RECURSOS HUMANOS

IV - RECURSOS HUMANOS

Gestão de Recursos Humanos

No final de 2019, verifica-se que o efetivo da Arsenal do Alfeite, S.A se reduziu face ao registado em 31 de dezembro de 2018. Assim, em 31 de dezembro de 2019, a Arsenal do Alfeite, S.A., tinha no ativo 450 trabalhadores. De se enfatizar que o número de trabalhadores, em 31 de dezembro de 2018, se cifrava em 480 e em 493 em 31 de dezembro de 2017.

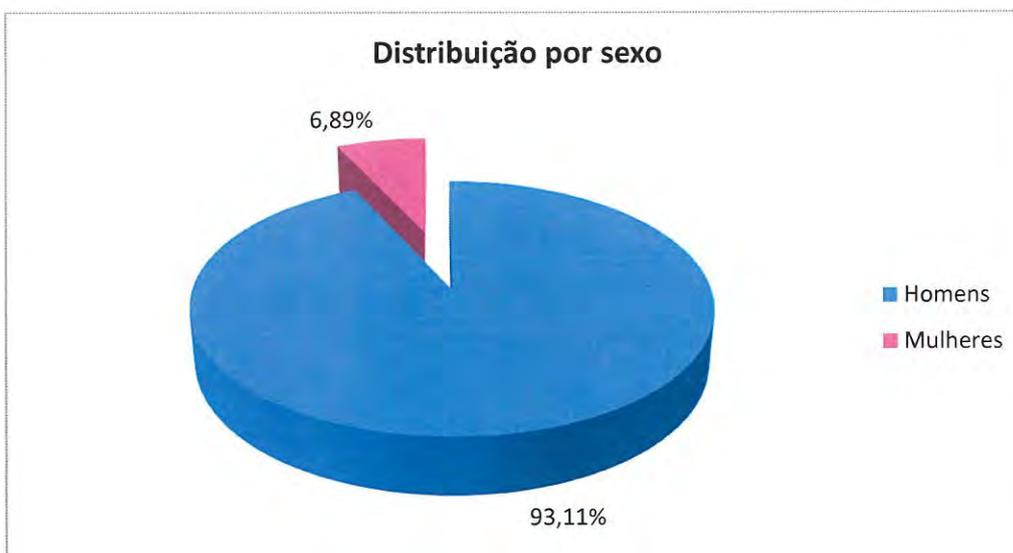
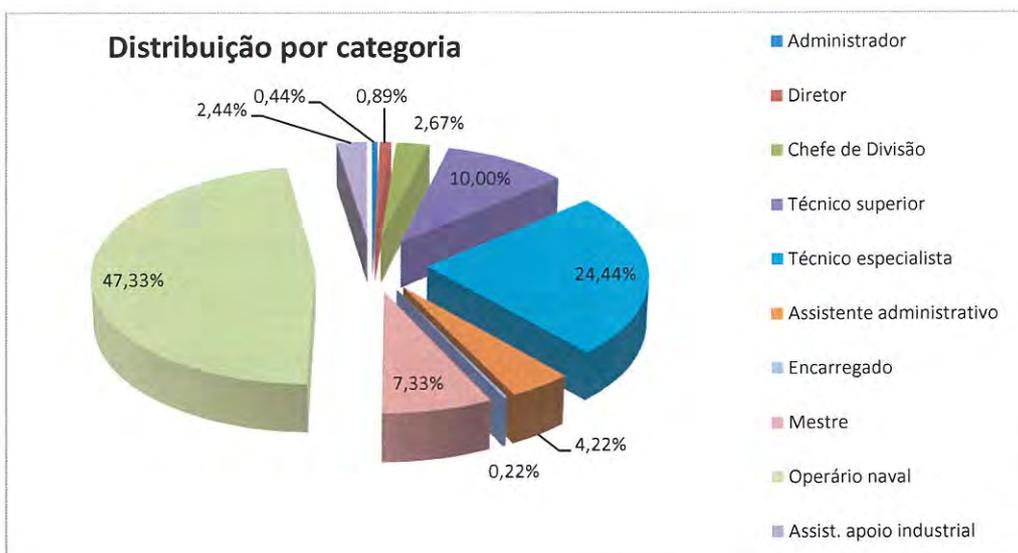
Em 2019, a saída de 38 trabalhadores, por oposição à admissão de somente 8, originou a diminuição registada do efetivo.

Em 31 de dezembro de 2019, o efetivo apresentava a seguinte distribuição, por vínculo:

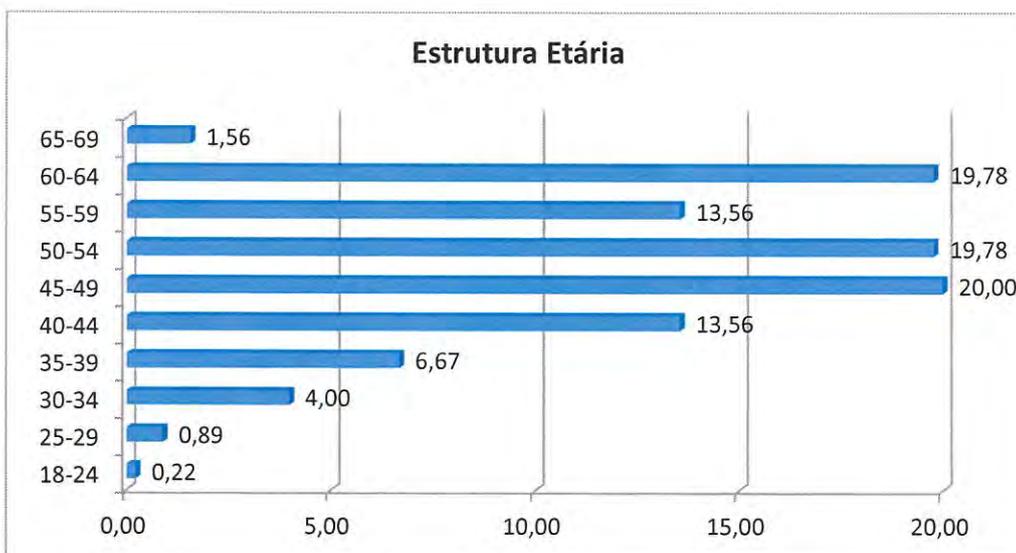
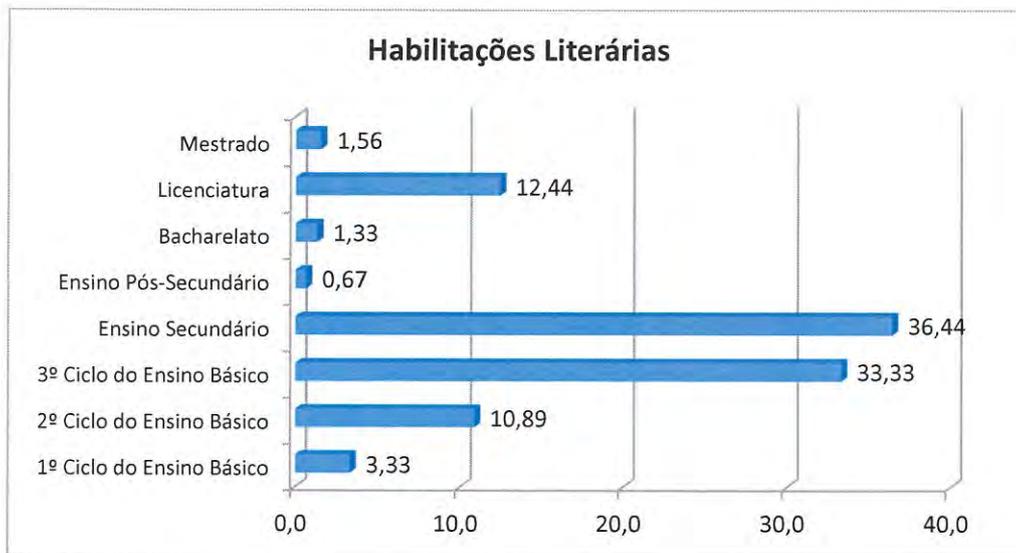
Membros do Conselho de Administração	2
Acordo de cedência de interesse público	356 (10 em comissão de serviço)
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	13
Contrato de trabalho por termo indeterminado	79

A população caracteriza-se por ser maioritariamente masculina (419 homens e 31 mulheres), com uma idade média a rondar os 48 anos e seis meses.

Os quadros seguintes refletem a distribuição por categoria e distribuição por sexo dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A.:



A idade média manteve-se face a 2018, situando-se nos 48,60 anos e a distribuição das habilitações académicas e literárias revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade igual ou superior ao terceiro ciclo do ensino básico (correspondendo no conjunto a 85,77%):



Em 2019, o índice de ausências aumentou em relação a 2018, registando um valor de 8,94% (7,22% em 2018). No que respeita ao absentismo registou-se um valor de 5,44%, também ele superior quando comparado com o registado em 2018 que foi de 3,52%.

A rotação externa, por sua vez, diminuiu ligeiramente face ao ano anterior, cifrando-se, no ano de 2019, em 4,90% (5,27% em 2018 e 2,11% em 2017).

No ano de 2019, registou-se a saída de 38 trabalhadores, tendo sido admitidos 8 (de se registar a diminuição de admissões face a 2018 que registou 19 entradas). As saídas



referem-se, maioritariamente e à semelhança dos anos transatos, a aposentações e a cessações do acordo de cedência de interesse público (ACIP) por iniciativa dos próprios trabalhadores, com transferência para outros organismos da Administração Pública ou empresas públicas. Note-se que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual decorrente do Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro, a Arsenal do Alfeite, S.A., não se pode opor à saída de trabalhadores por sua vontade no âmbito de ACIP.

Em sede de políticas salariais, e fruto do processo de descongelamento das progressões dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A. no ano de 2018 (por aplicação do disposto no n.º 12 do artigo 18.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2018, conjugado com o artigo 136.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental (Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio), foi dado seguimento ao processo de pagamento dos devidos acréscimos remuneratórios, de acordo com o faseamento legalmente estipulado para o ano de 2019.

Realça-se que, e em cumprimento do Despacho n.º 5327/2018, de 18 de maio, de Sua Exa. o Ministro das Finanças (publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 103, de 23 de maio), e tendo como objetivo assegurar o controlo e monitorização da aplicação do processo de descongelamentos de carreiras, progressões e promoções, efetuou-se o reporte à Inspeção-Geral das Finanças, nos termos fixados naquele diploma.

O ano de 2019 caracterizou-se pela diminuição do efetivo, tendo-se verificado, porém, um ligeiro acréscimo dos gastos com pessoal comparativamente com o ano de 2018, determinado, essencialmente, pelo efeito das valorizações remuneratórias nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2019:

h gl



Devido ao reduzido nível de contratações e à saída, em média, de 3,17 trabalhadores por mês, a Arsenal do Alfeite, S.A., voltou a uma fase de decréscimo do efetivo, continuando a situar-se em patamar inferior a 500 trabalhadores. No que respeita aos gastos associados, está em linha com a tendência que tem vindo a verificar-se desde o início da atividade da empresa, em 1 de setembro de 2009, ou seja, registou-se uma ligeira diminuição (note-se que a oscilação em 2013 da tendência de descida dos gastos com pessoal ficou a dever-se à retoma do pagamento dos subsídios de férias e Natal nesse ano):

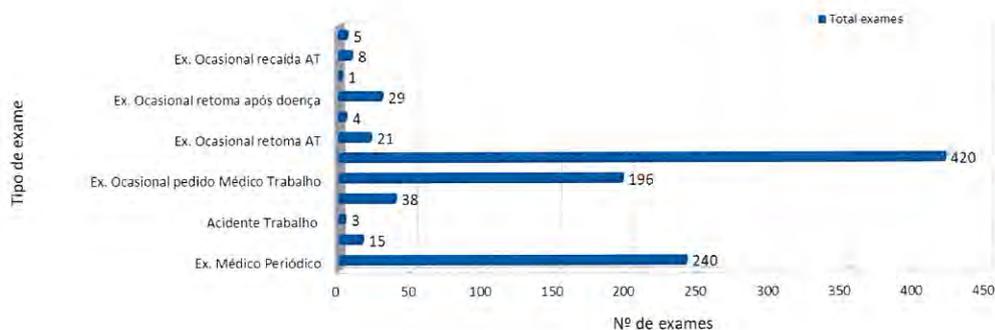


Saúde no trabalho

A atividade obrigatória de assegurar a Saúde no Trabalho foi desenvolvida através de serviço interno, que exerceu as funções específicas de medicina do trabalho, de vigilância e promoção da saúde e de prestação de primeiros socorros, garantindo assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito, o serviço manteve em permanência uma enfermeira durante o período normal de laboração e uma médica de medicina do trabalho quatro dias por semana.

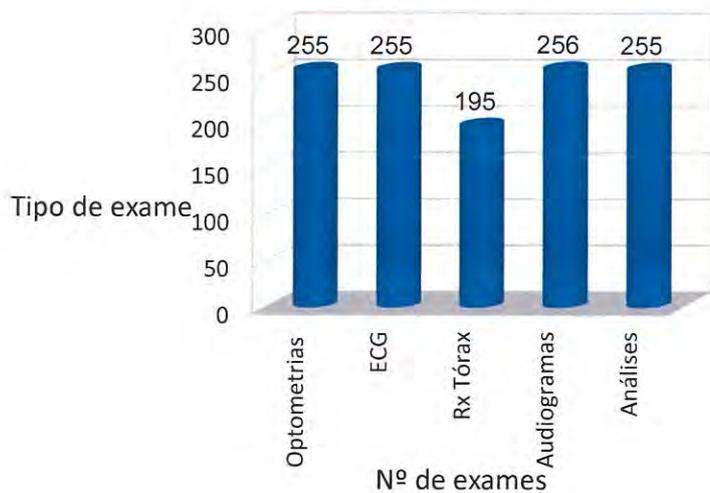
Elencam-se de seguida o tipo de exames feitos ao longo do ano de 2019 pelo serviço interno de medicina do trabalho sendo que na totalidade foram realizados 980 exames.

Caracterização dos exames médicos 2019



Refira-se ainda que, durante o ano de 2018, foram realizados/solicitados 1.216 exames complementares de diagnóstico com a seguinte distribuição:

Exames complementares de diagnóstico 2019



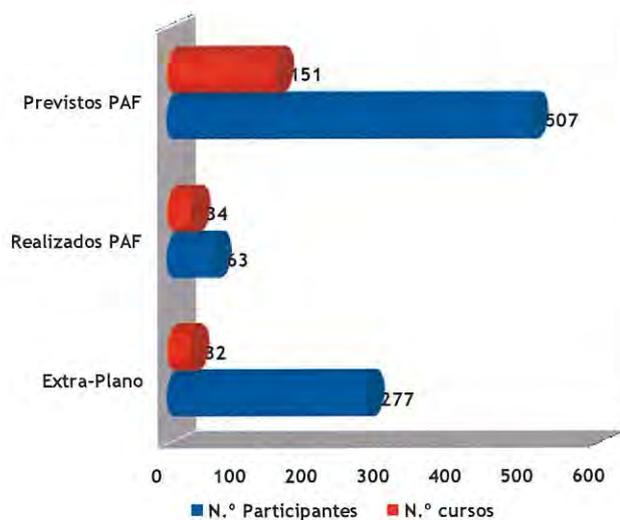
É ainda de mencionar a evolução do número de doenças profissionais participadas no período que medeia entre 2011 e 2018, tendo-se registado um aumento em 2019 (de 11 em 2018 para 17 em 2019).



Formação profissional

O Plano Anual de Formação para 2019 foi executado em conformidade com a disponibilidade e as necessidades da empresa, registando-se um aumento exponencial do número de ações de formação frequentadas e do respetivo volume de horas, justificado pela sensibilização junto dos próprios na frequência de ações de carácter transversal.

As diversas fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna e à formação externa, desde o levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:



	2019	2018	2017
Número de ações de formação frequentadas	66	29	68
Volume da formação (horas)	3115	1426	828
Número de participantes	356	483	646

Comparando o ano de 2019 com o ano de 2018, verifica-se que se registou naquele um aumento considerável do número de ações de formação frequentadas e do respetivo volume de horas (de 29 para 66 e de 1426 para 3115) embora se registre uma diminuição significativa do número de participantes (de 483 para 356).

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A. proporcionou, em 2019, a realização de estágios curriculares em contexto de trabalho a 16 estudantes (12 de cursos profissionais do ensino secundário e 4 do ensino superior). Em 2018 e em 2017 foram proporcionados pela Arsenal do Alfeite, S.A., 14 e 27 estágios, respetivamente. Salienta-se que, no total, os estágios mencionados significaram a aprendizagem em contexto real de trabalho durante 4.480

horas (5.700 horas em 2018). Tal volume de horas traduziu-se em 2019, aproximadamente, em 640 dias (712,5 dias em 2018).

Responsabilidade Social

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores, consubstanciado no apoio pela Arsenal do Alfeite, S.A., à frequência do berçário, creche e jardim de infância do Centro de Apoio Social do Alfeite do Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.). Beneficiaram desta parceria os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 4 anos:

Ano letivo de 2015/2016 - 15 crianças

Ano letivo de 2016/2017 – 22 crianças

Ano letivo de 2017/2018 – 20 crianças

Ano letivo de 2018/2019 – 16 crianças

Ano letivo de 2019/2020 – 16 crianças

Igualmente dirigida aos filhos, enteados e equiparáveis dos trabalhadores desta empresa pública, foi organizado de 1 a 12 julho o campo de férias da Arsenal do Alfeite, S.A., com a participação de 30 crianças e jovens entre os 6 e os 16 anos. Desta forma, a empresa permitiu às famílias conciliar parte do período de férias dos filhos com períodos de trabalho dos pais e promover o convívio entre os seus filhos, tendo os mesmos participado em variadíssimas atividades desportivas e culturais em diversos locais da região de Setúbal.



Arsenalista +

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa continuou em vigor o programa “Arsenalista Mais” com o grande objetivo de aumentar os níveis de conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e

RELATÓRIO E CONTAS



familiar, como melhor referido no Relatório de Governo Societário.

De salientar o esforço para garantir a continuidade dos serviços de cafetaria e refeitório fornecendo esta valência, durante o ano de 2019, uma média de 120 refeições diárias a preços inferiores ao valor do subsídio diário de refeição pago aos trabalhadores.



V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA



V - CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos e entidade pública reclassificada segue os procedimentos pré-contratuais do Código dos Contratos Públicos ou, sendo o caso, o Decreto-Lei n.º 104/2011, de 6 de outubro, que rege a contratação pública nos domínios da defesa e da segurança, para a aquisição de bens e serviços e de empreitadas.

Sem prejuízo do disposto em geral quanto à contratação excluída nos termos do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos, não existiram transações fora das condições de mercado.

Assim, a empresa procede, nos termos exigidos pela lei, às publicações das relações contratuais com terceiros através da plataforma eletrónica de contratação pública Base – Contratos Públicos *Online*.

Por outro lado, existem na empresa procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, estando previsto no Manual do Sistema Integrado de Gestão, a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública. Neste âmbito, foram aprovados em 2012, tendo sido revistos em outubro de 2015 e anualmente apreciados no âmbito do sistema de gestão de qualidade, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01B – Aquisição de bens e serviços;
- ❖ PCA 02B – Aquisição e receção de empreitadas;
- ❖ PCA 03B – Avaliação de fornecedores.

Em 2019 os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços foram:

Procedimentos de Contratação			
	Quantidades	%	% em função do valor contratado
Concurso Público	14	0,50%	7,32%
Concurso Público Urgente	8	0,29%	6,41%
Contratação Excluída	45	1,62%	22,66%
Centrais de compras (ESPAP)	4	0,14%	8,42%
Ajuste Direto	47	1,69%	7,88%
Ajuste Direto por Critérios Materiais	37	1,32%	30,85%
Ajuste Direto Simplificado	2.629	94,40%	16,08%
Consulta Prévia	1	0,036%	0,38%
	2.785	100%	100%

No que respeita aos ajustes diretos (incluindo ajustes diretos simplificados), a norma seguida na empresa passa pela atenção às condições de mercado, bem como, pela comparação prévia entre mais do que um fornecedor e prestador de serviço como previsto no procedimento interno PCA 01 – Aquisição de bens e serviços.

Assim, a Divisão de Contratação e Aprovisionamento, salvo raras exceções (decorrentes, por exemplo, de ser o único fornecedor no mercado de determinada peça sobresselente), inicia todo e qualquer procedimento de aquisição mediante consulta prévia e exploratória ao mercado, sendo consultados, no mínimo, três fornecedores distintos (sendo frequentemente consultadas empresas num número muito superior a três), o que permite não só justificar a escolha do fornecedor em função do preço proposto mas também para procurar as melhores condições possíveis de mercado para provimento das necessidades aquisitivas do estaleiro.

Em virtude da atividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios e equipamentos intervencionados, 83,84% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adotado foi o Ajuste Direto Simplificado.



Durante o ano de 2019, foram efetuadas 2.785 requisições ao mercado, distribuídas por intervalos de valor conforme quadro abaixo:

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	2.335	83,84%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	336	12,06%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	88	3,16%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	10	0,36%
Superior ou igual a 100.000€ e inferior a 200.000€	5	0,18%
Superior ou igual a 200.000€	11	0,40%
	<hr/> 2.785	<hr/> 100%

Apesar da empresa não ser entidade compradora vinculada do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), recorre-se sempre que possível a aquisições de bens e serviços ao abrigo dos acordos quadro celebrados pela eSPap. Neste âmbito, releva-se o recurso à Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Eletricidade”.

No que respeita à submissão de contratos com valor superior a € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros) à fiscalização prévia do Tribunal de Contas (tendo em conta o determinado pelo artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), salienta-se o envio do contrato celebrado com a Naval Rocha – Sociedade de Construção e Reparação Navais, S.A. para a prestação de serviços de docagem, manutenção e reparação do NRP Sagres, tendo sido emitido o correspondente visto em 25 de junho de 2019 (visto n.º 1421/2019).

Por fim, de se enfatizar que não foram celebrados, durante o ano de 2019, quaisquer contratos com valor superior a 5.000.000€.



VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO



VI - DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Com o intuito de dar cumprimento aos especiais deveres de prestação de informação, designadamente enquanto empresa pública e entidade pública reclassificada no perímetro das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional, a Arsenal do Alfeite, S.A., presta diversas informações melhor descritas no Relatório de Governo Societário.

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o setor empresarial do Estado, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro disponível no Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais - não divulgado neste último sítio internet por o acionista da Arsenal do Alfeite, S.A. em 2019, não ser diretamente o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, mas sim uma empresa pública (a Empordef, S.G.P.S., S.A., em liquidação).



VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO



VII - LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2019, nomeadamente o seu artigo 58º, determina, que “o crescimento global do endividamento das empresas públicas fica limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo investimentos, nos termos a definir no decreto-lei de execução orçamental”.

A Arsenal do Alfeite, S.A., dá pleno cumprimento ao exigido pela citada lei e pelas orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão, pois não recorreu a qualquer financiamento bancário ou outro, como se pode ver nos quadros seguintes:

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivo Remunerado	2019	2018	2017	2016	2015	Variação 19/18	
	Valores (€)					Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- do qual concedido pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



VIII - PERSPETIVAS FUTURAS



VIII - PERSPETIVAS FUTURAS

Face à situação de pandemia que atravessamos e sendo um fator de preocupação coletivo, quer do ponto de vista de saúde pública e individual, quer económico, ao fazer uma breve análise das perspetivas futuras, não podemos deixar de o referir. No entanto, mesmo numa base de moderado otimismo, não podemos ignorar as consequências presentes e futuras da situação de pandemia, sobretudo no que se refere aos projetos internacionais, sem esquecer uma redução da capacidade interna de produção, pelo facto exposto e pela elevada interdependência de todas as intervenções planeadas.

Assim, se antes da declaração de estado de emergência, era possível ao Conselho de Administração fazer uma previsão consistente e realista dos projetos a executar em 2020, atendendo à vontade clara e explícita da Marinha Portuguesa de recuperação do défice de manutenção da esquadra, bem como ao estado de desenvolvimento de um contrato de reparação de um navio patrulha da Marinha Real de Marrocos, entre outros contratos a assinar a curto prazo, agora, no atual contexto de pandemia, existe um maior grau de incerteza, de escala ainda não definida, a que não será possível dar resposta antes de dois ou três meses. No entanto, importa assegurar o futuro e ter confiança nas nossas capacidades, sabendo que, apesar das dificuldades acrescidas, nos mantivemos sempre a trabalhar ao longo do período de maior isolamento e contenção.

Na vertente da reparação naval não militar, atendendo a que os operadores de transportes públicos do estuário do Tejo perspetivam novos e inovadores investimentos visando a renovação da frota, bem como reforçar o esforço de manutenção do material em utilização, a Arsenal do Alfeite, S.A. considera estar numa posição privilegiada para responder a estas necessidades. O concurso lançado pela Transtejo para a construção de navios de propulsão elétrica é o melhor exemplo, pois o conhecimento e experiência adquirida com a manutenção de sistemas de propulsão elétrica nos submarinos nos capacitou nesta cada vez mais difundida área tecnológica. Finalmente, as oportunidades no âmbito das parcerias estratégicas com a tkMS, com a GABLER e com a DAMEN, bem como o protocolo de cooperação com a Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A., reúnem condições para se materializar em negócios para a Arsenal do Alfeite, S.A..



A construção de um clima de confiança no estaleiro, entre as várias equipas entre si e entre aquelas e a gestão, é regeneradora de um capital que possibilitará continuar a encarar com otimismo os desafios que se nos colocam no futuro próximo. De igual transcendência é a confiança recíproca que temos vindo a consolidar com a Marinha, materializada num projeto conjunto de alinhamento estratégico e cuja tradução, estamos certos, materializada em 2019, irá continuar e repercutir em mais sólido e constante desempenho e assim numa melhoria dos resultados financeiros de que tanto carecemos.

Com uma carteira de encomendas que tem ocupado a capacidade oficial do estaleiro, mas ainda com um planeamento marcado pela incerteza, sobretudo pela reduzida margem temporal para preparação desses projetos, importa consolidar as ferramentas de planeamento internas, bem como, através da interpretação da Lei de Programação Militar (LPM), perspetivar o planeamento de longo prazo e, tendo em consideração as tendências de emprego das tecnologias militares, definir as áreas de intervenção futuras e assim melhor identificar aquelas a desenvolver no estaleiro.

Uma delas, a capacitação submarina, tem que continuar a ser aposta. Iniciada a primeira revisão intermédia a um submarino, um projeto de elevada complexidade que está a ser desenvolvido em parceria com a empresa alemã fabricante dos submarinos e que induziu um processo transformacional no estaleiro, ao nível dos processos produtivos (gestão e execução), bem como ao nível da gestão de projetos, terá continuidade em 2021 com uma revisão ao submarino Tridente, mas sendo a Arsenal do Alfeite, S.A. o contratante principal.

O programa de capacitação de submarinos centrou-se não apenas em equipamentos que potenciassessem a eficiência e eficácia dos processos fabris, mas também no repensar dos referidos processos produtivos. Não obstante a motivação associada à reparação de sistemas de submarinos, a Arsenal do Alfeite, S.A. manteve uma preocupação constante na aplicabilidade destes sistemas e equipamentos à restante esquadra, investindo



primordialmente em tecnologias transversais aos outros navios, que detenham elevado valor acrescentado, assegurando a procura e assim retorno económico para a atividade.

Associado à capacitação submarina, temos também a reparação de mastros de submarino, atividade iniciada em 2019, depois de cerca de 10 anos com a oficina especializada inativa. O acordo de parceria estratégica em vigor com o fabricante vai permitir trabalhar nesta área para clientes estrangeiros nos períodos entre trabalhos para a Marinha. Esta é mais uma área tecnológica com grande potencial de desenvolvimento no âmbito da internacionalização.

Tal como referido o ano transato, o desenvolvimento do programa de capacitação para a manutenção de submarinos e a conclusão da revisão intermédia do submarino Arpão com qualidade e em tempo, poderá conduzir à identificação de novas oportunidades de negócio junto de marinhas de guerra que operem submarinos desta geração, desde logo porque as valências conjuntas da Marinha, com a sua capacidade de operar estes submarinos, conjugada com a capacidade de manutenção e reparação da Arsenal do Alfeite, S.A. não deixarão de constituir o melhor fator de promoção das nossas competências. Ainda nos mercados externos as boas relações com a Marinha Real de Marrocos foram dinamizadas, estando praticamente assegurado um contrato de reparação de um navio patrulha dessa marinha amiga a iniciar em 2020 por um período de 22 meses, existindo já um acordo de princípio para a reparação de outros navios.

O racional seguido com os submarinos, aliado à experiência adquirida com a manutenção de ciclo de vida das fragatas da classe Vasco da Gama desde 1991, vai permitir participar no respetivo programa de modernização, cuja execução se prevê acontecer entre 2023 e 2026, através de contrato a assinar ainda em 2020, dando assim o tempo necessário para o preparar com consistência.

As ações de manutenção em fragatas são uma atividade de extrema importância para o estaleiro, pois além da utilização de todas as áreas tecnológicas, incluindo armas e



sensores e de projeto, dão estabilidade nos planeamentos e são geradoras de um retorno financeiro relevante.

O início da revisão intermédia da fragata Vasco da Gama ainda em 2020 marcará o retomar dessas intervenções, o que aliado ao programa de modernização aprovado em LPM, vai garantir a continuidade dessa atividade nos próximos anos. A par deste programa, o início da participação na modernização das fragatas da classe Bartolomeu Dias em 2019, consolidado em 2020 com o estabelecimento de uma parceria estratégica com o estaleiro construtor destes navios, vai também permitir passar a garantir a sustentação e o apoio de ciclo de vida destas fragatas nos próximos 15 anos.

Refere-se ainda o interesse da Arsenal do Alfeite, S.A. em participar nos programas de novas construções para a Marinha, nomeadamente e a curto prazo no programa de construção de Navios de Patrulha Oceânica (NPO) aprovado em LPM. Através de consórcios e de parcerias com a indústria nacional, contribuindo, entre outras valências, com a experiência no apoio de ciclo de vida, iniciado há alguns anos com os primeiros navios da classe, permitem-nos acrescentar valor ao programa de construção, a nível da gestão de programas complexos, da necessária revisão ao projeto base, da integração de sistemas, da instalação de equipamentos militares e de navegação, bem como na definição dos ciclos de manutenção e Apoio Logístico Integrado. A Arsenal do Alfeite, S.A. estará também muito atenta aos futuros programas de lanchas e patrulhas, fragatas, navio reabastecedor e navio polivalente logístico e na continuação da construção de salva vidas e lanchas para policiamento marítimo, utilizando o mesmo casco e conceito utilizados nos salva vidas de 15 metros, atualmente em construção.

O Conselho de Administração segue com atenção a evolução da tecnologia e a sua aplicação aos novos conceitos das operações navais e não perderá a oportunidade de participar em projetos piloto em cooperação com a indústria, a universidade e a comunidade de utilizadores. Acompanhamos estudos de sistemas autónomos, aéreos, submarinos e de superfície e integrámos uma estrutura embrionária na Produção a fim de garantir a capacidade de reparação e de integração dos futuros sistemas de bordo. Não



temos dúvidas que esta é uma área tecnológica em expansão, onde hoje já temos uma participação ativa, que importa continuar a desenvolver.

O ambiente é globalmente favorável e as oportunidades colocam-se diante de nós, pelo que nos compete desenvolver as condições para que aquelas se materializem e se traduzam em criação de valor. Antes de mais é fundamental quebrar o ciclo de resultados negativos e fazer de 2020 um ano de inflexão, que se repercuta numa maior motivação dos trabalhadores, na continuação da recuperação da confiança de parceiros, de clientes e da tutela. Simultaneamente há que pensar no estaleiro para o futuro, sedimentando novos métodos de trabalho, participando em iniciativas no domínio da inovação e equacionar, em colaboração com a Marinha, uma melhor integração do planeamento e gestão do ciclo de vida dos navios e outros meios de ação naval.

Iremos continuar a promover a cedência de espaços há muito tempo sem utilização a organismos ligados ao empreendedorismo e a empresas, preferencialmente associadas à economia do mar, assim contribuindo para o dinamismo da economia nacional ao mesmo tempo que potenciamos sinergias em múltiplas facetas do estaleiro, pela disponibilidade de recursos proficientes nas mais recentes tecnologias ou competências em áreas do conhecimento associadas à inovação.

No domínio da Gestão de Pessoas está em marcha uma iniciativa visando dotar a Arsenal do Alfeite, S.A. de processos robustos visando articular e prover de coerência regulamentos fundamentais tais como aqueles que versam sobre atribuições e responsabilidades, organização do trabalho, avaliação de desempenho e carreiras e sistema retributivo, bem como rever e melhorar os processos internos, tornando o estaleiro mais ágil e com maior interoperabilidade interna e externa.

Apesar das circunstâncias difíceis que encerram o facto de a Arsenal do Alfeite, S.A. se inserir no perímetro das empresas públicas reclassificadas, com a inerente redução da agilidade e flexibilidade em processos de decisão críticos para o negócio, vamos continuar



a simplificar processos e otimizar os recursos disponíveis, salvaguardando as melhores práticas de gestão e a máxima transparência em todos os processos.

Entre as várias iniciativas que ao longo do tempo vinham a ser identificadas, mas sem qualquer desenvolvimento, cabe destacar o início do recrutamento de trabalhadores, que a curto prazo nos permitirá o reforço dos quadros de pessoal com o preenchimento dessas vagas, bem como reavaliar e apresentar para apreciação superior as várias opções alternativas de investimento que reforcem a capacidade e/ou estimulem os maiores e de mais rápida absorção de ganhos de eficiência. Neste âmbito, destaca-se a construção da ponte cais e a disponibilização de um meio de alagem ou docagem de submarinos, o primeiro possibilitando a permanência de fragatas nas instalações da empresa, e o segundo para conseguir responder às solicitações da Marinha, já conhecidas num horizonte de 20 anos.

De salientar, que com a publicação da Lei n.º 2/2020 de 31 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2020, nomeadamente no n.º 1 do artigo 65.º, “1 - As empresas públicas, que tenham submetido o Plano de Atividades e Orçamento 2020, (caso da Arsenal), ficam dispensadas do cumprimento do disposto no artigo anterior.”, este relacionado com os encargos com contratos de aquisição de serviços, possibilitando uma melhor e mais ágil gestão, fundamental para a atividade empresarial .

Ultrapassada a atual fase de incerteza associada à pandemia e porque a atividade de reparação naval militar tem contornos muito específicos e os ciclos de manutenção dos navios apresentam pouca flexibilidade e porque nesta atividade a necessária adaptação dos processos produtivos à nova realidade são pouco significativos, o futuro próximo continua a reservar-nos desafios muito importantes cuja superação será determinante para as próximas décadas, e à semelhança do que foi dito em 2018, será exigido o máximo das nossas capacidades de concentração coletiva e de liderança, que se exige firme e inspiradora.



IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

IX - ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Situação Económica

A Arsenal do Alfeite, S.A., encerrou o exercício financeiro de 2019 com um resultado líquido negativo de 1.943,52 m€ (milhares de euros), o que representa uma melhoria de 2.510,24 m€ relativamente ao exercício anterior.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2019	2018
Rendimentos Operacionais	19.841,98	15.747,75
Gastos Operacionais	17.735,90	17.072,70
Resultado Operacional	2.106,08	-1.324,94
Gastos de depreciação e amortização	3.961,68	3.139,26
Resultado Financeiro	-0,21	2,33
Imposto sobre o Rendimento do Período	87,71	-8,11
Resultado Líquido do Período	-1.943,52	-4.453,76

Relativamente a 2018, o resultado líquido de 2019 reflete, fundamentalmente, um aumento significativo dos resultados operacionais, que haviam sido negativos no ano anterior e, este ano, ascenderam a 2.106,08 m€. Existiu também um aumento dos gastos associados aos fornecimentos e serviços externos e aos gastos com o pessoal (efeito das valorizações remuneratórias nos termos da LOE2019) e uma diminuição dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas. Reflete ainda, ao nível dos rendimentos, as iniciativas de investimento na capacitação submarina e na construção de embarcações em materiais compósitos, designadamente as Lanchas Salva-Vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos.

Em suma, as contas de 2019 representam relativamente a 2018 um grande aumento da atividade do estaleiro, que se traduz no crescimento dos rendimentos e um aumento de gastos operacionais, sendo este aumento sobretudo justificado pelo incremento dos gastos com subcontratos relacionados com a atividade produtiva.

Os rendimentos operacionais, apesar de terem subido significativamente relativamente ao ano anterior, situaram-se aquém do pretendido, o que ficou a dever-se essencialmente ao protelamento na celebração de um novo contrato de grande reparação de um navio patrulha por parte da Marinha Real Marroquina, devido a restrições orçamentais ocorridas naquele país, e ao atraso na colocação das encomendas e na confirmação de trabalhos adicionais por parte da Marinha Portuguesa.

Os rendimentos operacionais atingiram assim 19.841,98 m€, correspondendo a um acréscimo de cerca de 26% face a 2018 (um aumento de 4.094,22 m€), com especial ênfase nos Serviços Prestados.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2019	2018
Impostos e taxas	0,24	3,38
Vendas	1,00	18,38
Serviços Prestados	15.938,88	10.694,30
Subsídios à Exploração	-	-
Trabalhos para a Própria Entidade	857,70	2.184,08
Imparidade de Dívidas a Terceiros	-	18,37
Provisões	293,77	68,91
Outros Rendimentos	2.750,39	2.760,33
Rendimentos Operacionais	19.841,98	15.747,75

No período de 2019, os serviços prestados registaram um acréscimo de 5.244,58 m€, face ao período homólogo do ano anterior, devido ao aumento do negócio de reparação naval – militar, que cresceu significativamente relativamente ao ano transato, decorrente essencialmente dos contratos de reparação do submarino “Arpão”, com a Marinha Portuguesa e a Thyssenkrupp Marine Systems GmbH (tkMS) e dos trabalhos realizados no Navio Escola Sagres da Marinha Portuguesa.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2019	2018
D1 - Reparação Naval – militar	13.718,95	10.226,91
D1 - Reparação Naval - militar internacional	2.072,03	261,85
D2 - Reparação Naval - não militar	1,26	0,40
D3 – Construção	0,00	0,00
D4 - Manutenção Industrial	7,31	8,35
D5 – Laboratórios	57,74	111,92
D6 – Outros	81,59	84,87
	<u>15.938,88</u>	<u>10.694,30</u>

O acréscimo dos serviços prestados foi assim fortemente influenciado pelo aumento de encomendas por parte do nosso principal cliente, a Marinha Portuguesa, e também pelos contratos de reparação do submarino “Arpão”, com a Thyssenkrupp Marine Systems GmbH (tkMS). Na vertente da reparação naval – militar internacional, houve um aumento de 1.810,18 m€ face a 2018 (um acréscimo de 691%).

Os “Trabalhos para a Própria Entidade”, no montante 857,70 m€, correspondem a um decréscimo de 61% relativamente aos realizados no ano anterior. Em 2019 foram realizados diversos trabalhos internos, nomeadamente a continuação da reparação e beneficiação da doca flutuante, o desenvolvimento do projeto para a construção das Lanchas Salva Vidas L150 em materiais compósitos e a construção de “Jigs and Tools” para a capacitação na manutenção de submarinos.

A rubrica “Outros Rendimentos”, inclui o subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes.

O subsídio do governo não monetário, está a ser imputado numa base sistemática aos rendimentos dos exercícios durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS



	€								
	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Subsídio não monetário	68.705.550,26	71.422.893,38	74.179.410,82	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.838,13	88.289.916,44	91.174.232,09
Rédito do ano	2.625.141,60	2.717.343,12	2.756.517,44	2.776.278,58	2.783.351,37	2.811.941,57	2.857.855,79	2.881.079,31	2.884.315,65
	66.080.408,66	68.705.550,26	71.422.893,38	74.179.410,82	76.955.689,40	79.739.040,77	82.550.982,34	85.408.837,13	88.289.916,44

Por seu turno, os gastos operacionais em 2019 ascenderam a 17.735,90 m€, correspondendo a um acréscimo de cerca de 4% relativamente ao valor alcançado em 2018. Este pequeno acréscimo dos gastos operacionais resulta sobretudo do aumento dos gastos com subcontratos, relacionados com os serviços de docagem do “NRP Sagres” e serviços de revisão/reparação de motores. Todavia, foram prosseguidas as práticas da empresa com vista à redução e racionalização dos gastos correntes, em particular dos associados à contratação de bens e serviços necessários ao funcionamento da empresa.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2019	2018
CMVMC	923,78	1.492,52
FSE	3.871,58	2.552,95
Gastos Pessoal	12.893,16	12.714,84
Imparidade	-	-
Provisões	35,39	293,77
Outros Gastos e perdas	12,00	18,61
Gastos Operacionais	17.735,90	17.072,70

O “Custo das Matérias Consumidas” totalizou 923,78 m€, valor abaixo do observado em 2018.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” sofreram, no cômputo global, um acréscimo de 52% face ao ano anterior, o que se justifica essencialmente com os gastos associados aos subcontratos.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2019	2018
Subcontratos e parcerias	2.384,03	948,94
Trabalhos Especializados	78,24	95,76
Publicidade, comunicação e imagem	1,47	7,70
Vigilância e Segurança	107,24	115,31
Honorários	67,59	62,48
Comissões	0,26	0,48
Conservação e Reparação	53,06	95,46
Materiais de consumo	60,97	33,40
Eletricidade	353,05	357,88
Combustíveis	25,59	24,26
Gás	45,01	42,96
Deslocações, Estadas e Transportes	72,63	161,00
Rendas e Alugueres	123,43	131,66
Comunicação	17,76	18,15
Seguros	111,40	94,84
Contencioso e Notariado	23,70	6,94
Despesas de Representação	3,03	8,43
Limpeza, Higiene e Conforto	327,93	330,63
Diversos	15,18	16,68
	3.871,58	2.552,95

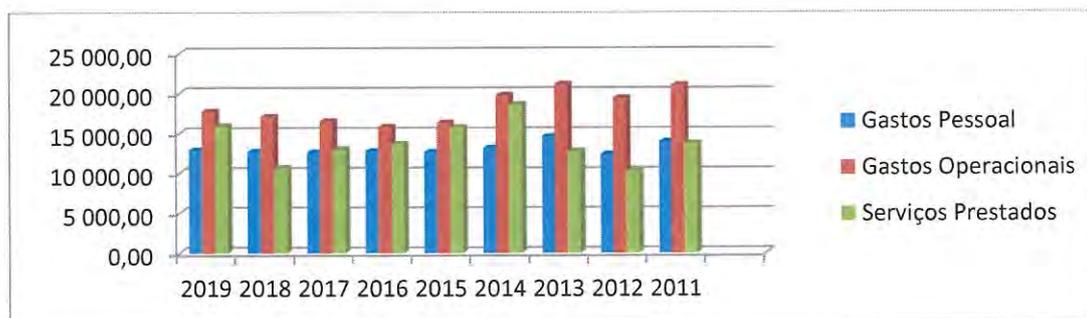
Na análise mais detalhada da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” destaca-se o acréscimo na rubrica Subcontratos”, no montante de 1.435,09 m€, justificado em grande parte com a subcontratação de serviços de docagem do “NRP Sagres” e serviços de revisão/reparação de motores.

Os “Gastos com Pessoal” ascenderam a 12.893,16 m€, evidenciando um ligeiro aumento face a 2018. Este acréscimo foi determinado essencialmente pelo efeito das valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019.

(Valores expressos em milhares de euros)

	2019	2018
Órgãos Sociais		
Remunerações	206,72	186,86
Encargos sobre Remunerações	48,40	42,87
Seguro de Saúde	0,58	0,28
	<hr/>	<hr/>
	255,70	230,01
Pessoal		
Remunerações	9.991,33	9.861,89
Encargos sobre Remunerações	2.275,07	2.205,69
ADSE	-	-
Seguro de Saúde	49,11	51,63
Acidentes no Trabalho e doenças profissionais	206,21	246,92
Gastos de Ação Social	40,15	38,13
Outros Gastos	38,74	30,98
Outros Encargos Sociais	36,84	49,59
	<hr/>	<hr/>
	12.637,45	12.484,83
	<hr/>	<hr/>
	12.893,16	12.714,84
	<hr/>	<hr/>
Números de Recursos Humanos no final do período	450	480

Neste âmbito, importa sublinhar o peso significativo dos gastos com pessoal nos gastos totais da empresa, demonstrando claramente a importância da mão-de-obra interna nos serviços por ela prestados, e refletindo a obrigação de serviço público que sobre si impende de manutenção qualitativa e quantitativa das competências de construção, manutenção e reparação naval militar.



Os “Resultados Financeiros” à data de 31 de dezembro de 2019 foram negativos e ascenderam a 0,21 m€.

Em resumo, a conjugação das várias componentes atrás descritas conduziu, ao nível da demonstração de resultados, ao já referido resultado líquido negativo de 1.943,52 m€.

Situação Financeira e Patrimonial

O balanço em 31 de dezembro de 2019 apresenta um ativo líquido de 86.433,07 m€, tendo registado um decréscimo de 2.584,55 m€ em relação a 31 de dezembro de 2018.

(Valores expressos em milhares de euros)		
	2019	2018
Ativo não corrente	76.429,83	78.062,17
Ativo corrente	10.003,23	10.955,44
Total do Ativo	86.433,07	89.017,62

O nível de investimento em ativos tangíveis e intangíveis, realizado em 2019, no montante de 2.386,43 m€, significou um decréscimo de 1.097,56 m€ face ao ano anterior (3.483,99 m€ em 2018). O investimento foi inferior às depreciações do ano, que perfizeram o montante de 3.961,68 m€. De salientar que o montante de depreciações referente a ativos transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão, ascendeu a 2.625,14 m€.

Por comparação com 2018, verificou-se uma redução do “Ativo Corrente” em cerca de 952,21 m€, determinado pela redução da rubrica “Caixa e Depósitos”, em resultado da necessidade de financiamento da atividade operacional da empresa, e ao investimento afeto ao “Ativo não corrente” que influenciou em grande parte esta redução.

(Valores expressos em milhares de euros)		
	2019	2018
Inventários	1.561,19	997,65
Clientes, contribuintes e utentes	766,73	204,60
Estado e outros entes públicos	77,82	39,96
Outros contas a receber	1.478,39	1.273,56
Diferimentos	37,45	38,99
Caixa e depósitos	6.081,65	8.400,68
	10.003,23	10.955,44

Observa-se ainda um aumento na rubrica “Inventários”, que resulta da aquisição de equipamentos e materiais para incorporação na construção das Lanchas Salva-Vidas.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2019	2018
Património Líquido	65.964,55	69.942,56
Passivos não correntes	14.353,48	15.142,52
Passivos correntes	6.115,04	3.932,55
Total do Capital Próprio e Passivo	86.433,07	89.017,62

O “Património Líquido” decresceu 3.978,01 m€, perfazendo assim 65.964,55 m€ no final do ano 2019. A variação negativa deve-se essencialmente ao reconhecimento do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes, líquido de imposto (- 2.034,48 m€) e ao resultado negativo do exercício de 2019.

Em termos de “Passivo Total”, no final do exercício de 2019, verificou-se um decréscimo no montante de 1.393,45 m€ quando comparado com o ano anterior.

	(Valores expressos em milhares de euros)	
	2019	2018
<u>Passivos não correntes</u>		
Provisões	35,39	293,77
Outras contas a pagar - Imposto referente ao subsídio não monetário	14.318,09	14.848,75
	14.353,48	15.142,52
<u>Passivos correntes</u>		
Fornecedores	447,27	506,45
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	-	-
Estado e outros entes públicos	1.042,36	682,01
Fornecedores de investimentos	537,73	79,99
Outras dívidas a pagar	2.715,11	2.503,08
Diferimentos	1.372,57	161,02
	6.115,04	3.932,55
	20.468,51	19.075,06



As variações mais relevantes dos elementos que constituem o passivo dizem respeito:

- ❖ Ao reconhecimento anual do imposto do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos não correntes (-530,66 m€);
- ❖ Ao aumento das dívidas ao Estado e outros entes públicos justificado pelo aumento do IVA a pagar;
- ❖ Ao aumento do valor a pagar a fornecedores de investimentos (+475,74 m€); e
- ❖ Ao aumento da rubrica "Diferimentos" (+1.211,55), relacionado com os rendimentos a reconhecer dos contratos de prestação de serviços em curso à data do balanço.



X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração propõe a transferência para a conta Resultados Transitados do prejuízo apurado no exercício de 2019 no montante de 1.943.516,53€ (um milhão, novecentos e quarenta e três mil, quinhentos e dezasseis euros e cinquenta e três cêntimos).

Almada, 29 de abril de 2020.

O Conselho de Administração



José Luís Garcia Belo
(Presidente do Conselho de Administração)



Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão
(Vogal do Conselho de Administração)



Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



Anexo I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de gestão

a) **Indicação dos objetivos definidos pelo acionista para 2019, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar**

Ponto refletido nos capítulos I e II do presente relatório.

b) **Evidenciação da execução do plano de atividades e orçamento para 2019, designadamente quanto aos princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento, justificando os desvios e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar**

Ponto refletido no capítulo III do presente relatório.

c) **Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios**

O Orçamento do Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018 de 31 de dezembro, previu para a Arsenal do Alfeite, S.A., receitas no montante de 24.572.079,00 € (Mapa V - Receitas dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica, com especificação das receitas de cada fundo autónomo) e despesas no valor de 24.455.348,00 € (Mapa VII - Despesas dos serviços e fundos autónomos, por classificação orgânica, com especificação das despesas de cada fundo autónomo).

A comparação entre os montantes de receitas e despesas estimados para 2019, aquando da elaboração da proposta de orçamento, e os valores reais de execução, permitem identificar desvios, particularmente no que respeita à receita, conforme tabela que se segue:

	Previsão	Efetivo
Receita	24,572	19,697
Despesa	24,455	22,015

(Valores expressos em Milhões de euros)

No que respeita ao desvio negativo na receita, salienta-se que o mesmo se deve ao facto de a Arsenal do Alfeite, S.A. ter contemplado, na sua previsão de receitas para 2019, um conjunto de contratos de prestação de serviços, no âmbito da reparação naval, que deslizaram para 2020, nomeadamente o contrato previsto com a Marinha Real de Marrocos. Por outro lado, no âmbito do contrato de reparação do submarino “Arpão”, foi emitida faturação, cujo recebimento já não ocorreu em 2019, pelo que constituirá receita em 2020.

Para compensar a diminuição da receita, foram tomadas medidas que visaram a redução da despesa ao longo de 2019, tendo os pagamentos efetuados atingido os 22,015 M€, ficando assim cerca de 2,440 M€ abaixo da despesa prevista no orçamento inicial.

Assim, a não concretização, na vertente da receita, dos contratos internacionais previstos, apesar dos esforços desenvolvidos pela empresa, aliada à vertente da despesa, onde se verificou a necessidade impreterível de cumprimento dos direitos legalmente protegidos dos seus trabalhadores (remunerações e contribuições sociais) e a necessidade de efetuar despesas adicionais com a capacitação submarina, com a docagem externa do navio escola Sagres e com os serviços de reparação de motores, fundamentam os desvios negativos registados, não obstante os esforços desenvolvidos para contenção da despesa até ao nível da receita.

2. Gestão do risco financeiro

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros €	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Esta temática encontra-se desenvolvida com mais pormenor no capítulo VII do presente relatório.

3. Limite de crescimento do endividamento

A empresa dá pleno cumprimento ao definido no n.º 1 do artigo 58º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2019), não tendo registado qualquer endividamento em 2019.

Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 159º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2019, verifica-se não existir no exercício em apreço, qualquer novo investimento (entendido como aqueles que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a € 10.000.000,00 ou a 10% do orçamento anual da empresa).

Esta temática encontra-se refletida no capítulo VII do presente relatório.

Passivo Remunerado	2019	2018	Variação 19/18	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)				
- do qual concedido pela DGTF	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de Capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de Capital por conversão créditos	0,00	0,00	0,00	0,00

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento e Atrasos nos Pagamentos

O governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, o programa “Pagar a Tempo e Horas”, com o objetivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Por via do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, foi ainda prevista a divulgação dos atrasos nos pagamentos (“*Arrears*”), bem como a estratégia para a sua diminuição.

RELATÓRIO E CONTAS

De seguida se apresentam os prazos médios de pagamentos a fornecedores nos anos de 2019 e 2018, nos termos da legislação acima mencionada, registando-se um decréscimo muito significativo em 2019, relativamente a 2018, conforme quadro seguinte:

PMP	2019	2018	Variação 2019/2018	
			Valor	%
Prazo (dias)	28,89	60,53	-31,64	-52,28

Em 31 de dezembro de 2019, os prazos de pagamento das dívidas a fornecedores da Arsenal do Alfeite, SA, eram inferiores a 90 dias:

Dívidas Vencidas	Valor	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art.1º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120 dias-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	469.552,68	-	-	-	-
Aquisição de Capital	517.740,64	-	-	-	-
Total	987.293,32	-	-	-	-

5. Resultados Obtidos/ Recomendações do Acionista

Ponto refletido no capítulo II do presente relatório.

6. Remunerações

Conforme Apêndice 1 do presente relatório.

7. Estatuto do Gestor Público

Tendo em consideração o disposto nos artigos 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual resultante do Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, destaca-se a ausência de qualquer utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Por outro lado, não houve reembolso de quaisquer despesas que se insiram no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

RELATÓRIO E CONTAS



No que se refere ao valor das despesas associadas a comunicações (telefone móvel, telefone domiciliário (não aplicável) e internet) veja-se o seguinte quadro:

GASTOS COM COMUNICAÇÕES (€)			
Membro do CA Nome	<i>Plafond</i> Mensal Definido	Valor Anual	Observações
José Luís Garcia Belo	60	277,47	Cumprido.
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	50	348,51	Cumprido.
João Carlos Caldeira Gonçalves*	50	282,23	Cumprido.
	320	908,21	

* Salienta-se a resignação às funções apresentada pelo Vogal do Conselho – Dr. João Caldeira – com efeitos a 31.10.2019.

E quanto ao valor do combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Membro do CA Nome	<i>Plafond</i> Mensal GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS ÀS VIATURAS (€)				Observações
	Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
José Luís Garcia Belo	434,93	2.285,65	1.018,79	3.304,44	Cumprido
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	347,94	2.619,60	765,22	3.384,82	Cumprido
João Carlos Caldeira Gonçalves*	347,94	1.079,86	121,51	1.201,37	Cumprido
				7.890,63	

* Salienta-se a resignação às funções apresentada pelo Vogal do Conselho – Dr. João Caldeira – com efeitos a 31.10.2019.

8. Despesas Não Documentadas

Tendo em consideração o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico do setor público empresarial, alterado pela Lei



n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e o artigo 11.º do referido Estatuto do Gestor Público, é de referir que se registou o integral cumprimento deste normativo, não se tendo verificado no ano de 2019 qualquer despesa não documentada ou confidencial.

9. Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

Dando o devido cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, foi promovida a elaboração e divulgação de um relatório sobre a diferença salarial entre homens e mulheres.

De acordo com o último Relatório sobre a Diferença Salarial entre Homens e Mulheres efetuado com referência a 31 de dezembro de 2017, os homens representavam a maioria dos trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., com 93,75%, enquanto as mulheres representavam 6,25%. Constata-se, contudo, que as mulheres auferiram de remuneração média mais 41,85% do que os homens e, de rendimento médio, mais 44,07%.

Esta matéria, incluindo as medidas tomadas para promover a igualdade e a conciliação entre a vida profissional e pessoal, encontra-se aprofundada no Relatório de Governo Societário, no âmbito da análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.

10. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

A Arsenal do Alfeite, S.A. elaborou, aprovou e implementou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Arsenal do Alfeite, S.A., cujos relatórios de execução se elaboram anualmente. De destacar que este plano foi objeto de atualização em novembro de 2017, sem prejuízo de revisão mais aprofundada do mesmo, na qual se tem vindo a trabalhar, e cuja aprovação se prevê no decorrer de 2020. Quer o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, quer os respetivos relatórios de execução, encontram-se devidamente publicados. Esta matéria encontra-se aprofundada no Relatório de Governo Societário.



11. Contratação Pública

A matéria referente ao modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2019 e a descrição dos procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objetos de revisão periódica, com referência à última atualização, encontra-se refletida no capítulo V do presente relatório.

Mais se informa que não foram celebrados em 2019, quaisquer atos ou contratos com valor superior a € 5.000.000,00.

12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

No decorrer do exercício de 2019, a Arsenal do Alfeite, S.A., recorreu, enquanto entidade voluntária, ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN), nomeadamente no procedimento de aquisição agregada de “Eletricidade”.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Segundo o artigo 57º da Lei do Orçamento do Estado para 2019, as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no decreto-lei de execução orçamental (Artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho). Assim, e à semelhança dos anos anteriores, continuaram a ser implementadas e cumpridas as medidas tendentes à otimização da estrutura de gastos operacionais, conforme se depreende do quadro que se segue:

RELATÓRIO E CONTAS

		(Valores expressos em Euros)					
PRC	Metas	2019	2019	2018	2017	2019 / 2018	
		Execução	Orçamento	Execução	Execução	Valor Absol	Var %
(0) EBITDA		2.106.079,47	3.838.356,00	-1.324.944,75	1.101.197,37	3.431.024,22	258,96%
(1) CMVMC		923.779,23	1.528.679,00	1.492.516,70	1.364.410,20	-568.737,47	-38,11%
(2) FSE		3.871.577,72	2.690.684,00	2.532.953,05	2.445.697,36	1.318.624,67	51,65%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos (i), (ii), (iii) e (iv)		12.216.251,41	13.584.229,00	12.419.578,86	12.608.976,62	-203.327,45	-1,64%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão		37.312,50	20.000,00			37.312,50	
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019		639.592,00	609.003,00	295.264,00		344.328,00	116,62%
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro							
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)		17.011.608,36	17.803.592,00	16.465.048,61	16.419.084,18	546.559,75	3,32%
(5) Volume de Negócios		15.939.886,00	19.232.211,00	10.712.680,89	13.059.560,07	5.227.205,11	48,79%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)		1,07	0,93	1,54	1,26		
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	Iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2018	30.643,80	106.500,00	151.044,49	181.664,55	-120.400,69	-79,71%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	Iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2018	7.730,71	30.000,00	98.933,75	110.443,20	-91.203,04	-92,19%
(iii) Gastos com as viaturas	Iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2018	89.375,97	95.000,00	85.472,91	88.782,86	3.903,06	4,57%
Total = (i) + (ii) + (iii)		127.750,48	231.500,00	335.451,15	380.890,61	-207.700,67	-61,92%
(7) Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria (valor)							
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		450	532	480	493	-30,00	-6,25%
Nº de Órgãos Sociais (OS)		2	3	3	3	-1,00	-33,33%
Nº de Cargos de Direção (CD)		16	18	18	16	-2,00	-11,11%
Nº de trabalhadores (sem OS e sem CD)		432	511	459	474	-27,00	-5,88%
Nº Trabalhadores/Nº de CD		27,00	28,39	25,50	29,63	1,50	5,88%
Nº de viaturas	Iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2018	29	29	29	29	0,00	0,00%

O rácio entre os principais gastos operacionais e o volume de negócios da empresa apresenta uma evolução favorável. Esta evolução resulta de um acréscimo de 48,79% (+ 5.227,21 m€) no volume de negócios, acompanhado pelo acréscimo de 3,32% (+ 546,56 m€) desses principais gastos operacionais (excluindo imparidades, provisões, depreciações/amortizações e gastos não recorrentes). O aumento do volume de negócios, proporcionou que o EBITDA (Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento e impostos) tivesse uma evolução bastante positiva face ao ano de 2018 (+ 258,96%). O acréscimo dos gastos operacionais ficou a dever-se ao aumento dos encargos com subcontratos.

O aumento dos gastos com fornecimentos e serviços externos, apesar das medidas de racionalização de serviços e de contenção de custos implementada pela empresa, estão essencialmente relacionados, conforme já referido anteriormente, com a subcontratação de serviços para docagem do NRP Sagres e serviços de revisão/reparação de motores, interligados com a atividade produtiva do estaleiro e que permitiram o incremento do volume de negócios.

RELATÓRIO E CONTAS



Os gastos com pessoal, depois de corrigidos dos efeitos da reversão da aplicação das normas de redução remuneratória, têm uma redução em cerca de 1,64% (- 203,33 m€).

No ano de 2019, registou-se uma diminuição de 2,15% dos gastos com comunicações relativamente ao ano de 2018.

Os gastos com deslocações, alojamento e ajudas de custo sofreram uma diminuição face a 2018, fruto das medidas de otimização de gastos operacionais adotadas, tendo sido os gastos efetuados no âmbito das tentativas de internacionalização do estaleiro.

Em 2019 houve um ligeiro aumento dos gastos com viaturas, por comparação com 2018, devendo-se essencialmente ao aumento das despesas com aluguer de viaturas, motivada pelo atraso no procedimento concursal para a celebração dos AOV uma vez que o prazo de vigência dos anteriores terminou no decorrer de 2019.

O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, tiveram um decréscimo de 61,92% (- 207,70 m€).

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

Não se verificou, em 2019, qualquer contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria nos termos do artigo 49º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para o ano de 2019.

A Arsenal do Alfeite, S.A. celebrou um contrato de prestação de serviços de patrocínio Judiciário com a "Sérvulo & Associados, Sociedade de Advogados, R.L", nomeadamente para interposição de uma ação judicial de contencioso administrativo, sendo esta contratação dispensada de parecer prévio, nos termos do já citado artigo 49º, conjugado com o artigo 18º do Decreto-Lei n.º 149/2017, de 6 de dezembro.

De se salientar que, não obstante a acima citada dispensa de parecer prévio, foi dado cumprimento à comunicação da contratação à direção do JurisAPP, para efeitos de registo,



conforme estabelecido na alínea b) do n.º 4 do Artigo 18º do DL 149/2017, de 6 de dezembro.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Dando cumprimento ao vertido no artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, conjugado com o artigo 141º da Lei de Orçamento de Estado para 2019 e artigo 115º do Decreto-Lei de Execução Orçamental, esta empresa dá integral cumprimento ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, tendo, concentrado todas as suas disponibilidades bancárias na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., no valor total de 6.081.753,06€.

Dado não ter havido incumprimento deste princípio e respetivas regras não há lugar à entrega de rendimento na tesouraria central do Estado.

16. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

O Tribunal de Contas não efetuou qualquer auditoria à empresa em 2019 ou nos anos anteriores.

No que respeita à submissão de contratos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas (tendo em conta o determinado pelo artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual decorrente da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), salienta-se o envio do contrato celebrado com a “Naval Rocha – Sociedade de Construção e Reparação Navais, S.A.” para a prestação de serviços de docagem, manutenção e reparação do NRP “Sagres”, tendo sido emitido o correspondente visto em 25 de junho de 2019 (visto n.º 1421/2019).

17. Informação a constar no Sítio do Setor Empresarial do Estado

No sítio internet da empresa encontra-se a informação exigida para o sítio internet do setor empresarial do Estado da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, indicada no quadro seguinte, não divulgado neste último sítio internet por a acionista da Arsenal do Alfeite, S.A., não ser diretamente o Estado, representado pela Direção-Geral do Tesouro e

RELATÓRIO E CONTAS

Finanças, mas sim uma empresa pública (a Empordef, S.G.P.S., S.A., em liquidação, até ao final do mês de dezembro de 2019).

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/ N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=209
Caracterização da Empresa	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=161
Função de tutela e acionista	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=105
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=106
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=319
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=319
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=319
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais		2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=106
Esforço Financeiro Público	NA		-
Ficha Síntese	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=269
Informação Financeira histórica e atual	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=320
Princípios do Bom Governo			
- Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=118
- Transações Relevantes com entidades relacionadas	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=320
- Outras transações	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=320
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:			
- Económico	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=129
- Social	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=128
- Ambiental	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=130
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2019	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=320
- Código de Ética	S	2018	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=109



Anexo II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO E CONTAS

ANEXO II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balança em 31 de dezembro de 2019

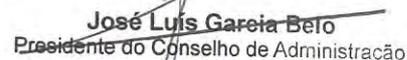
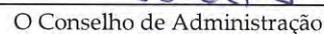
(Valores expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31.12.2019	31.12.2018
ATIVO			
<u>Ativo não corrente</u>			
Ativos fixos tangíveis	5	74 263 942,61	75 283 666,29
Ativos intangíveis	3	2 141 181,99	2 699 306,13
Outros ativos financeiros	18.3	16 747,94	13 104,26
Ativos por impostos diferidos	26	7 961,63	66 098,03
Total de ativos não correntes		76 429 834,17	78 062 174,71
<u>Ativo corrente</u>			
Inventários	10	1 561 190,03	997 647,92
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	766 729,49	204 604,21
Estado e outros entes públicos	25	77 818,34	39 961,87
Outras contas a receber	18.1	1 478 387,16	1 273 563,14
Diferimentos	24	37 452,93	38 991,97
Caixa e depósitos	1.2.3	6 081 653,90	8 400 675,68
Total de ativos correntes		10 003 231,85	10 955 444,79
TOTAL DO ATIVO		86 433 066,02	89 017 619,50
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
<u>Património Líquido</u>			
Património/Capital	18.4	32 400 000,00	32 400 000,00
Reservas	18.4	299 152,72	299 152,72
Resultados Transitados	18.4	-16 003 398,92	-11 549 639,20
Outras variações no Património Líquido	23	51 212 316,72	53 246 801,44
Resultado líquido do período		-1 943 516,53	-4 453 759,72
Total do Património Líquido		65 964 553,99	69 942 555,24
PASSIVO			
<u>Passivo não corrente</u>			
Provisões	15	35 385,00	293 769,00
Outras contas a pagar	23	14 318 091,94	14 848 748,82
Total de passivos não correntes		14 353 476,94	15 142 517,82
<u>Passivo corrente</u>			
Fornecedores	18.2	447 267,96	506 448,41
Estado e outros entes públicos	25	1 042 358,82	682 008,06
Fornecedores de investimentos	18.2	537 730,64	79 990,32
Outras contas a pagar	18.2	2 715 110,12	2 503 084,10
Diferimentos	24	1 372 567,55	161 015,55
Total de passivos correntes		6 115 035,09	3 932 546,44
TOTAL DO PASSIVO		20 468 512,03	19 075 064,26
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		86 433 066,02	89 017 619,50

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019 e 2018



O Contabilista Público


José Luis Garcia Belo
Presidente do Conselho de Administração


O Conselho de Administração

Isabel Leitão
Vogal do Conselho de Administração

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2019

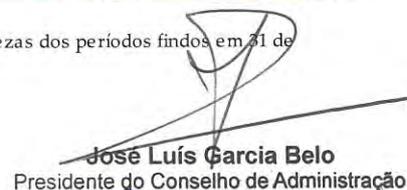
(Valores expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2019	31.12.2018
Impostos e taxas		235,02	3 380,82
Vendas	13	1 003,00	18 380,04
Prestações de serviços	13	15 938 883,00	10 694 300,85
Trabalhos para a própria entidade	3 e 5	857 695,33	2 184 081,85
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-923 779,23	-1 492 516,70
Fornecimentos e serviços externos	28	-3 871 577,72	-2 552 953,05
Gastos com pessoal	19	-12 893 155,91	-12 714 842,86
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.1		18 372,56
Provisões (aumentos/reduções)	15	258 384,00	-224 864,00
Outros rendimentos e ganhos	27	2 750 390,37	2 760 330,20
Outros gastos e perdas		-11 998,39	-18 614,46
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 106 079,47	-1 324 944,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 e 5	-3 961 675,87	-3 139 258,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1 855 596,40	-4 464 203,59
Juros e rendimentos similares obtidos			2 645,30
Juros e gastos similares suportados		-205,88	-312,44
Resultado antes de impostos		-1 855 802,28	-4 461 870,73
Imposto sobre o rendimento	26	-87 714,25	8 111,01
Resultado líquido do período		-1 943 516,53	-4 453 759,72

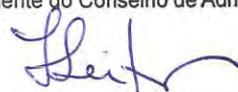
As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018



O Contabilista Público



José Luís Garcia Belo
Presidente do Conselho de Administração



O Conselho de Administração
Isabel Leitão
Vogal do Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2019	31.12.2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		19 687 858,48	13 283 853,87
Pagamentos a fornecedores		-6 166 561,58	-5 875 779,90
Pagamentos ao Pessoal		-7 264 031,58	-7 187 904,59
Caixa gerada pelas operações		6 257 265,32	220 169,38
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-35 991,55	398 977,95
Outros recebimentos/pagamentos		-7 091 533,53	-6 684 659,31
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-870 259,76	-6 065 511,98
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 417 592,28	-904 650,68
Ativos intangíveis		-29 894,27	-637 500,00
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			12 360,46
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-1 447 486,55	-1 529 790,22
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		1 923,20	1 590 378,58
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Outras operações de financiamento		-3 198,67	-2 687,39
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 275,47	1 587 691,19
Variações de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		-2 319 021,78	-6 007 611,01
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 400 675,68	14 408 286,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2.3	6 081 653,90	8 400 675,68
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 400 675,68	14 408 286,69
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		8 400 675,68	14 408 286,69
De execução orçamental		8 396 877,01	14 051 884,76
De operações de tesouraria		3 798,67	356 401,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6 081 653,90	8 400 675,68
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		6 081 653,90	8 400 675,68
De execução orçamental		6 079 130,70	8 396 877,01
De operações de tesouraria		2 523,20	3 798,67

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

O Contabilista Público

José Luís Garcia Belo
Presidente do Conselho de Administração

O Conselho de Administração

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

Isabel Leitão
Vogal do Conselho de Administração

83/156

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2019

	Notas	Capital/ Património Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Outras Variações no Património líquido	Resultado Líquido do Período	Total do Património líquido
Posição no início do período - 2019	(1) 18.4 e 23	32 400 000,00	299 152,72	-11 549 639,20	53 246 801,44	-4 453 759,72	69 942 555,24
Alterações no Período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23				590 656,88		590 656,88
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23				-2 625 141,60		-2 625 141,60
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2018				-4 453 759,72		4 453 759,72	0,00
	(2)		0,00	-4 453 759,72	-2 034 484,72	4 453 759,72	-2 034 484,72
Resultado Líquido do Período	(3)					-1 943 516,53	-1 943 516,53
Posição no fim do período - 2019	(4)=(1)+(2)+(3) 18.4 e 23	32 400 000,00	299 152,72	-16 003 398,92	51 212 316,72	-1 943 516,53	65 964 553,99

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no Património Líquido no período findo em 31 de dezembro de 2019

O Contabilista Público

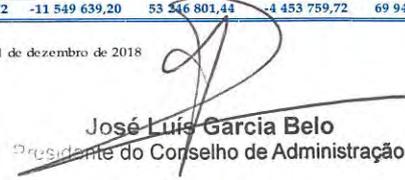
O Conselho de Administração

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital/ Património Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Outras Variações no Património líquido	Resultado Líquido do Período	Total do Património líquido
Posição no início do período - 2018	(1) 18.4 e 23	32 400 000,00	299 152,72	-9 621 062,36	55 352 742,37	-1 928 576,84	76 502 255,89
Alterações no Período							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas							
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23				611 402,19		611 402,19
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	23				-2 717 343,12		-2 717 343,12
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2017				-1 928 576,84		1 928 576,84	0,00
	(2)		0,00	-1 928 576,84	-2 105 940,93	1 928 576,84	-2 105 940,93
Resultado Líquido do Período	(3)					-4 453 759,72	-4 453 759,72
Posição no fim do período - 2018	(4)=(1)+(2)+(3) 18.4 e 23	32 400 000,00	299 152,72	-11 549 639,20	53 246 801,44	-4 453 759,72	69 942 555,24

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no Património Líquido no período findo em 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Público


José Luis Garcia Belo
Presidente do Conselho de Administração


O Conselho de Administração
Isabel Leitão
Vogal do Conselho de Administração



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

0. Aplicação pela primeira vez do SNC-AP – Divulgação Transitória

As presentes demonstrações financeiras são as primeiras divulgadas de acordo com as Normas de Contabilidade Pública expressas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - SNC-AP, conforme Decreto-Lei 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual.

As entidades públicas que adotam o SNC-AP pela primeira vez devem: reconhecer todos os seus ativos e passivos cujo reconhecimento é exigido pelas Normas de Contabilidade Pública; reconhecer itens como ativos apenas se os mesmos forem permitidos pelas Normas de Contabilidade Pública; reclassificar itens que foram reconhecidos numa categoria de acordo com outros Planos Oficiais de Contabilidade, mas que de acordo com as Normas de Contabilidade Pública devem pertencer a outra categoria; e aplicar as Normas de Contabilidade Pública na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Em virtude desta entidade ter transitado do Sistema de Normalização Contabilística - SNC para o SNC-AP, ao nível do sistema da contabilidade financeira, dada a consistência entre estes dois modelos contabilísticos, não existiram ajustamentos de transição significativos ou materialmente relevantes.

Os únicos ajustamentos verificados ao nível do Balanço e da Demonstração dos Resultados por Naturezas, constam do seguinte quadro:



SNC			SNC-AP			Valor
Código da razão	Conta	Descrição	Código da razão	Conta	Descrição	euros
12	128	IGCP-responsabilidade ambiental	13	13.3.1.1	IGCP-responsabilidade ambiental	100.000,00
63	63852	Cursos fora da empresa	62	62.2.1.7.2	Cursos fora da empresa	12.517,05
69	6982	Serviços bancários	62	62.2.5.3	Comissões de serviços financeiros	479,50
78	7886	Benefícios de penalidades contratuais	70	70.4.4.9	Outras multas e penalidades	3.380,82

As demonstrações financeiras apresentadas em 2018 tiveram por base o SNC, mas no exercício de 2018 a Arsenal do Alfeite, S.A. trabalhou simultaneamente em SNC e SNC-AP, utilizando os dois Planos de Contas em paralelo, com recurso ao *software* de contabilidade desenvolvido internamente na empresa. Assim, a informação comparativa referente ao ano anterior, encontra-se de acordo com as Normas de Contabilidade Pública.

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade e período de relato

A Arsenal do Alfeite, S.A. com sede no Alfeite, Almada, com a classificação orgânica n.º 05.1.90.01.00, pertencendo à tutela do Ministério da Defesa Nacional, iniciou a sua atividade no dia 1 de setembro de 2009, tendo por objeto principal a prestação de serviços que se subsume na atividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objetivos essenciais e vitais para a segurança nacional.



Pode ainda desenvolver para clientes nacionais e estrangeiros, militares e civis, outras atividades relacionadas com o seu objeto, nomeadamente: produção, manutenção e reparação de bens, execução de trabalhos e prestação de serviços de engenharia e serviços de natureza industrial, prestação de serviços de gestão de infraestruturas industriais, de serviços administrativos e complementares e auxiliares da atividade industrial. Pode, igualmente, desenvolver o comércio e indústria de bens e tecnologias militares, bem como constituir, adquirir ou participar no capital de sociedades cujo objeto esteja, direta ou indiretamente, relacionado com o seu, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado.

O Decreto-Lei n.º 33/2009, de 5 de fevereiro, constituiu a Arsenal do Alfeite, S.A., com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, integrando-a no *cluster* naval da EMPORDEF, S.G.P.S., S.A., entretanto liquidada, *holding* das indústrias de defesa portuguesas cuja atividade consistia na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas direta ou indiretamente às atividades de defesa, como forma indireta de exercício de atividades económicas.

No que respeita à sua titularidade, salienta-se que as ações da empresa eram detidas, durante o exercício de 2019, e na sua totalidade, pela empresa pública Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A., em liquidação. Com a liquidação desta entidade em 31 de dezembro de 2019 a participação passou a ser detida pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Regista-se, porém, a futura transmissão da totalidade das ações, por aumento de capital em espécie, à empresa IdD, S. A., em virtude do encerramento da liquidação da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S, S.A. até 31 de dezembro de 2019, conforme Despacho n.º 786/2020, de 21 de janeiro de Sua. Ex^a, o Ministro da Defesa Nacional e Sua. Ex^a, o Secretário de Estado do Tesouro.



O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à Arsenal do Alfeite, S.A., a concessão de serviço público objeto da respetiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro do Arsenal do Alfeite, sito na Base Naval de Lisboa, no Alfeite, Laranjeiro, concelho de Almada. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, concelho do Seixal, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval de Lisboa, no Alfeite.

De acordo com o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a Arsenal do Alfeite, S.A., integram a concessão os bens móveis e imóveis afetos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- ❖ As infraestruturas relativas à exploração da atividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 kV, redes elétricas, telefónicas, de sinal em fibra ótica e de fluidos (Anexo III do contrato de concessão);
- ❖ Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas (Anexo IV do contrato de concessão);
- ❖ Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a exploração da atividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A concessão atribuída tem a duração inicial de 30 anos e iniciou-se no dia 1 de setembro de 2009.

O período do relato abrangido pelas demonstrações financeiras encontra-se compreendido entre o dia 1 de janeiro de 2019 e o dia 31 de dezembro de 2019.



1.2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

1.2.1. Referencial Contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (“SNC-AP”), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, e seguindo os respetivos modelos de demonstrações financeiras.

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas de Contabilidade Pública (“NCP”) que integram o SNC-AP.

Não existiram, no decorrer do exercício, casos excecionais que implicassem a derrogação de disposições do SNC-AP e que tivessem efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As notas indicadas neste anexo, seguem a sequência numérica prevista no Modelo de Notas Explicativas (anexo) às Demonstrações Financeiras, constantes na NCP n.º 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. Relativamente àquelas que se considere não existir informações que justifique a sua divulgação, não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

1.2.2. Comparabilidade

Todos os conteúdos das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados por Naturezas são comparáveis com os do período anterior.

1.2.3. Desagregação dos valores inscritos na rúbrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	2019	2018
Numerário	565,38	1.450,52
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5.981.088,52	8.299.225,46
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis – IGCP- responsabilidade ambiental	100.000,00	100.000,00
Aplicações de Tesouraria	-	-
	<u>6.081.653,90</u>	<u>8.400.675,68</u>

A rúbrica de “Caixa e depósitos bancários” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E..

Para cumprimento do artigo 22º do Decreto-lei n.º 147/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, decorrente do Decreto-Lei n.º 13/2016, de 9 de março, que estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e determina a constituição obrigatória de uma garantia financeira própria e autónoma, foi constituída no exercício de 2015, um fundo próprio no montante de € 100.000,00 (cem mil euros).

2. Principais Políticas Contabilísticas – Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.



2.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem: (i) *bens concessionados*, (ii) *bens reversíveis* e (iii) *bens próprios*.

Consideram-se *bens concessionados*, todos os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a mantê-los em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização, para o Estado Português.

Estes ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela Arsenal do Alfeite, S.A., que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da atividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como *bens reversíveis*, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os *bens reversíveis* e os *bens próprios* encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

Anos de vida útil	
<i>Bens Concessionados</i>	
Edifícios e outras construções	5 - 30
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	6 - 20
Equipamento administrativo	3 - 25
Equipamento de oficina e reparações	2 - 25
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 30
Anos de vida útil	
<i>Bens Próprios e Bens Reversíveis</i>	
Edifícios e outras construções	12 - 20
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Equipamento de oficina e reparações	4 - 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, é registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

2.1.2. Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis dos vários ativos intangíveis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.



2.1.3. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração dos resultados por naturezas do período.

2.1.4. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo, ou como locações operacionais quando não são transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um ativo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor das rendas vincendas.

Os ativos são subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efetuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.



2.1.5. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

2.1.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os créditos a receber encontram-se registados pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados.



Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras dívidas a pagar são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal da sua atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente. As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

2.1.7. Rédito

Rendimento de transações com contraprestação

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Rendimentos provenientes de vendas e prestação de serviços

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- ❖ Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- ❖ A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

RELATÓRIO E CONTAS



O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- ❖ A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

De acordo com este método, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre as horas homem (Hh) imputados e Hh estimados). As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes".

Pelo método da percentagem de acabamento, os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Quando for provável que os custos totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como um gasto e é objeto das correspondentes provisões.

As variações nos trabalhos contratados são consideradas à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com fiabilidade.



Juros obtidos

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

2.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1. Imparidade de ativos financeiros

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas por imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.2.2. Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:



- ❖ A Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado;
- ❖ Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e
- ❖ Exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

2.2.3. Subsídio

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de ativos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio ajustado do imposto que lhe está associado.

Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, é também reconhecido o correspondente imposto.



2.2.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas na data de relato.



2.2.5. Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos tangíveis e intangíveis, durante a sua fase de construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

2.2.6. Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

2.3. Julgamentos no processo de aplicação das políticas contabilísticas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que o órgão de gestão faça julgamentos no processo de aplicação das políticas contabilísticas que tenham maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

No exercício económico de 2019, não ocorreram quaisquer alterações das políticas contabilísticas, que tenham efeitos nas demonstrações financeiras.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Na presente data não existem eventos ocorridos após a data do balanço,

que envolvem risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

2.5. Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente, períodos anteriores ou futuros

No presente período económico não existiram alterações nas normas ou nas políticas contabilísticas, que impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras, relativamente a períodos anteriores ao apresentado, nem em períodos futuros.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de emissão das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

RELATÓRIO E CONTAS

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento e do histórico de crédito do cliente e outros devedores.

(iii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os ativos por impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

A atividade da empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.



Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da atividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objetivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão referidos na Nota 18.1.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa considera que não existe a necessidade de reconhecer perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 18.1.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam

maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objetivo:

- ❖ Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento;
- ❖ Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- ❖ Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas

Não existiram alterações em estimativas contabilísticas, com efeitos no período corrente ou com efeitos em períodos futuros.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não foram identificados quaisquer erros relativamente a períodos anteriores, que exijam correção retrospectiva.

3. Ativos Intangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

RELATÓRIO E CONTAS

Rubricas	Ativos Intangíveis - Variação das Amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas							
	Início do Período				Final do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Projetos de Desenvolvimento	693 847,76	14 455,16		679 392,60	760 834,95	189 312,65		571 522,30
Programas de Computador	97 623,66	86 154,23		11 469,43	120 062,09	94 791,65		25 270,44
Propriedade Industrial	1 761 122,40	48 915,17		1 712 207,23	1 761 122,40	635 897,21		1 125 225,19
Ativos Intangíveis em Curso	296 236,87			296 236,87	419 164,06			419 164,06
Total	2 848 830,69	149 524,56	0,00	2 699 306,13	3 061 183,50	920 001,51	0,00	2 141 181,99

As amortizações do período, no montante de 770.476,95€, foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

A reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando as adições, as transferências internas à entidade, as amortizações e as diminuições reconhecidas durante o período, constam no quadro seguinte:

Rubricas	Ativos Intangíveis - Quantia escriturada e variações no período					
	Quantia Escriturada Inicial	Variações				Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferência Internas à Entidade	Amortizações do período	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Projetos de Desenvolvimento	679 392,60		66 987,19	-174 857,49		571 522,30
Programas de Computador	11 469,43	22 438,43		-8 637,42		25 270,44
Propriedade Industrial	1 712 207,23			-586 982,04		1 125 225,19
Ativos Intangíveis em Curso	296 236,87	189 914,38	-66 987,19			419 164,06
Total	2 699 306,13	212 352,81	0,00	-770 476,95	0,00	2 141 181,99

O detalhe das adições, individualizando as provenientes de desenvolvimento interno e as adquiridas separadamente, bem com as em locação financeira, constam no quadro seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS

Rubricas	Ativos Intangíveis - Adições				Total (5)=(2) + (3) + (4)
	Adições			Total	
	Internas	Compra	Locação Financeira		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
Projetos de Desenvolvimento					0,00
Programas de Computador		22 438,43			22 438,43
Propriedade Industrial					0,00
Ativos Intangíveis em Curso	189 914,38				189 914,38
Total	189 914,38	22 438,43	0,00		212 352,81

No exercício de 2019, os movimentos registados na rubrica "Ativos Intangíveis em Curso", foram os seguintes:

Descrição	Ativos Intangíveis em Curso					Quantia Escriturada Final (6) = (2) + (3) + (4) - (5)
	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos do ano			Transferências para Ativos Intangíveis	
		Trabalhos para a Própria Entidade	Aquisições de Materiais e Serviços			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	
Projecto construção L150 SV - Alterações ao projeto após revisão DN	238 258,12	180 905,94				419 164,06
Desenvolvimento de projetos de sadi e iluminação de emergência nos edifícios tipo III (administrativos)	57 978,75	9 008,44		66 987,19		0,00
Total	296 236,87	189 914,38	0,00	66 987,19		419 164,06

Em 2019 foram realizados investimentos nas alterações ao projeto da construção das Lanchas Salva Vidas L150 em materiais compósitos, após a revisão por parte da Direção de Navios.

5. Ativos Tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS

Ativos Fixos Tangíveis - Variação das Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas								
Rubricas	Início do Período			Final do Período				
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (2) - (3) - (4)	(6)	(7)	(8)	(9) = (6) - (7) - (8)
Outros Ativos Fixos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	17 747 062,44	1 787 908,75		15 959 153,69	18 288 886,47	1 817 439,23		16 471 447,24
Edifícios e outras construções	53 267 508,35	11 913 145,72		41 354 362,63	54 299 417,91	13 299 828,62		40 999 589,29
Equipamento básico	18 832 013,71	9 830 681,04		9 001 332,67	19 536 650,17	10 996 544,37		8 540 105,80
Equipamento de transporte	561 971,38	375 336,89		186 634,49	561 971,38	400 519,58		161 451,80
Equipamento administrativo	2 665 120,53	1 971 961,22		693 159,31	2 702 749,34	2 122 266,64		580 482,70
Equipamentos biológicos				0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	10 002 591,53	4 267 330,79		5 735 260,74	10 086 108,62	4 700 299,14		5 385 809,48
Ativos Fixos Tangíveis em curso	2 353 762,76			2 353 762,76	2 125 056,30			2 125 056,30
Total	105 430 030,70	30 146 364,41	0,00	75 283 666,29	107 600 840,19	33 336 897,58	0,00	74 263 942,61

As depreciações do período, no montante de 3.191.198,92€ foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

A reconciliação da quantia escriturada no início e no final do período mostrando as adições, as transferências internas à entidade, as depreciações e as diminuições reconhecidas durante o período, constam do quadro seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis - Quantia escriturada e variações no período						
Ativos Fixos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variações no Período				Quantia Escriturada Final
		Adições	Transferência Internas à Entidade	Depreciações do Período	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Outros Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	15 959 153,69		541 824,03	-29 530,48		16 471 447,24
Edifícios e outras construções	41 354 362,63		1 031 909,56	-1 386 682,90		40 999 589,29
Equipamento básico	9 001 332,67	538 804,96	165 831,50	-1 165 863,33		8 540 105,80
Equipamento de transporte	186 634,49			-25 182,69		161 451,80
Equipamento administrativo	693 159,31	35 957,61	1 671,20	-150 305,42		580 482,70
Equipamentos biológicos						0,00
Outros activos fixos tangíveis	5 735 260,74	84 838,83	1 743,42	-433 634,10	-2 399,41	5 385 809,48
Ativos Fixos Tangíveis em curso	2 353 762,76	1 514 474,15	-1 742 979,71		-200,90	2 125 056,30
Total	75 283 666,29	2 174 075,55	0,00	-3 191 198,92	-2 600,31	74 263 942,61

O detalhe das adições, individualizando as provenientes de desenvolvimento interno e as adquiridas separadamente, bem com as em locação financeira, constam do quadro seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS

Ativos Fixos Tangíveis - Adições				
Ativos Fixos Tangíveis	Adições			Total
	Internas	Compra	Locação Financeira	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2) + (3) + (4)
Outros Ativos Fixos Tangíveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico	11 709,07	527 095,89		538 804,96
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo		35 957,61		35 957,61
Equipamentos biológicos				
Outros activos fixos tangíveis		84 838,83		84 838,83
Ativos Fixos Tangíveis em curso	656 071,88	858 402,27		1 514 474,15
Total	667 780,95	1 506 294,60	0,00	2 174 075,55

O detalhe das diminuições, individualizando as relacionadas com alienação a título oneroso, transferência ou troca, devolução ou reversão, fusão, cisão, reestruturação ou outros motivos, constam do quadro seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis - Diminuições						
Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					Total
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão, Reestruturação	Outras	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Outros Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico						0,00
Equipamento de transporte						0,00
Equipamento administrativo						0,00
Equipamentos biológicos						0,00
Outros activos fixos tangíveis	2 399,41					2 399,41
Ativos Fixos Tangíveis em curso					200,90	200,90
Total	2 399,41	0,00	0,00	0,00	200,90	2 600,31

No exercício de 2019, os movimentos registados na rubrica "Ativos Fixos Tangíveis em Curso", foram os seguintes:

RELATÓRIO E CONTAS



Ativos Fixos Tangíveis em Curso					
Descrição	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos do ano			Quantia Escriturada Final
(1)	(2)	Trabalhos para a Própria Entidade (3)	Aquisições de Materiais e Serviços (4)	Transferências para Ativos Fixos Tangíveis (5)	(6) = (2) + (3) + (4) + (5)
Aquisições de A.F.T. - (molde de leste, ar naves industriais, andaimes, acessórios p/ tamponamento)	208 416,88	0,00	615 083,87	28 206,43	795 294,32
Reparação de carros e plataformas do pi 1	79 482,74	0,00	0,00	79 482,74	0,00
Processo de construção da nova ponte cais	157 706,33	0,00	0,00	0,00	157 706,33
Ampliação da doca seca da aasa	134 875,74	0,00	0,00	0,00	134 875,74
Estudo e alteração estruturais em contentor - fornecimento de energia de terra aos submarinos	13 493,39	0,00	0,00	13 493,39	0,00
Dragagem do canal do aa e da bacía de manobra da doca seca	364 933,13	0,00	176 890,90	541 824,03	0,00
Material - doca flutuante	8 215,76	0,00	0,00	8 215,76	0,00
Revisão geral da doca flutuante	594 039,49	89 421,36	15 267,27	698 728,12	0,00
Revisão geral dos dois cabrestantes da doca seca (elevado estado de corrosão e perdas de óleo)	86 803,94	0,00	0,00	86 803,94	0,00
Reparação e montagem das garras do guindaste nº 10.	14 529,30	209,39	0,00	0,00	14 738,69
Reparação da ponte magnética da caldeiraria naval, está inoperativa (ímãs não funcionam) além desta avaria esta ponte necessita de ser sujeita a uma intervenção global	18 784,46	1 738,62	0,00	20 523,08	0,00
Reparação das coberturas dos guinchos dos carros do pi 1	29 019,58	0,00	0,00	29 019,58	0,00
Sistema de recolha de águas residuais industriais da doca seca	12 350,52	12 776,14	0,00	25 126,66	0,00
Reparação da grua hidráulica da doca flutuante	3 587,75	0,00	0,00	3 587,75	0,00
Adaptação, beneficiação e tratamento dos tanques para separação de óleos no parque de resíduos (continuação)	49 882,58	9 970,45	0,00	59 853,03	0,00
Manufatura de mesas de elevação para isocontores e paletes com bidons para o parque de resíduos perigosos	18 359,44	0,00	0,00	18 359,44	0,00
Colaboração na manufatura de mesas de elevação para resíduos perigosos	6 211,90	0,00	0,00	6 211,90	0,00
Produção de moldes - apoio à produção da li50 sv - (alterações após revisão projeto DN)	4 233,30	4 521,12	0,00	0,00	8 754,42
Criação de zona fechada e coberta para soldadura tig e ser no interior da nave da caldeiraria naval	19 310,32	105,34	0,00	19 415,66	0,00
Construção/aquisição de "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	134 540,15	132 588,65	5 219,29	0,00	272 348,09
Aquisição de equipamentos/material de inventário e armazém - capacitação em manutenção de submarinos	286 959,84	261 617,71	30 245,79	0,00	578 823,34
Nº 108 - ferramenta para suporte da madre superior do leme vertical - "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	3 404,48	0,00	58,08	0,00	3 462,56
Nº119 - ferramenta de "bordo" para montagem das válvulas de escape interiores - "jigs and tools" para capacitação na manutenção de submarinos	0,00	791,88	0,00	0,00	791,88
Preparação de material e acessórios p/ mastro snorkel/ submarinos.	1 843,32	0,00	0,00	0,00	1 843,32
Submarinos - centro logístico (reconversão do armazém dos órgãos desembarcados)	21 002,10	0,00	0,00	21 002,10	0,00
Manufatura de 60 suportes em aço conforme modelo que junto se envia	20 755,35	0,00	0,00	20 755,35	0,00
N.º 123 - manufatura de flanges (-600) para tamponamentos a bordo/manufatura de tanque aquecido/manufatura de pequenas ferramentas de apoio aos trabalhos a bordo/manufatura acessório ventilar casa baterias	42 602,95	13 417,93	73,82	0,00	56 094,70
Manufatura e montagem de balastradas de segurança na doca flutuante	14 462,24	2 903,08	0,00	17 365,32	0,00
Modernização do comando e controlo da ponte rolante magnética	2 044,40	0,00	0,00	2 044,40	0,00
Desmanchar divisórias e pintura de paredes do antigo gabinete do director de produção	0,00	24 985,85	3 854,18	0,00	28 840,03
Manufatura de 40 peças em madeira de pinho para reconstrução do berço da doca flutuante	1 911,38	611,10	0,00	2 522,48	0,00
Criação de zona fechada e coberta para soldadura tig e ser no interior da nave da caldeiraria naval (continuação 2018 - pti 43909)	0,00	39 689,24	0,00	39 689,24	0,00
Montagem de quatro acessórios para ligação de mangueiras de incêndio na doca flutuante.	0,00	950,21	0,00	950,21	0,00
Reparação da translação do guindaste nº10.	0,00	71 482,88	0,00	0,00	71 482,88
Total	2 353 762,76	667 780,95	846 693,20	1 743 180,61	2 125 056,30

Em 2019 foram realizados diversos trabalhos internos, nomeadamente a continuação da reparação e beneficiação da doca flutuante, e a construção de “Jigs and Tools” para a capacitação na manutenção de submarinos.

Os bens transferidos para a Arsenal do Alfeite, S.A., ao abrigo do contrato de concessão – bens concessionados - encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009.

Ativos Fixos Tangíveis - Bens Concessionados							
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Valor de cedência	1.840.008,29	8.193.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	13.640.644,88
Reavaliação	14.059.353,71	41.196.169,05	14.474.848,03	498.324,35	1.783.785,54	9.367.201,88	81.379.682,56
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	95.020.327,44

As depreciações dos ativos fixos tangíveis, incluem as depreciações dos bens concessionados à Arsenal do Alfeite, S.A., que à data de 31 de dezembro de 2019 ascenderam a 2.625.141,60€

6. Locações

A Empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional cujos contratos não compreendem nenhuma cláusula de renovação ou opção de compra no seu final.

À data de 31 de dezembro de 2019, as responsabilidades futuras ascendem a 88.908,96€, repartidas da seguinte forma:

RELATÓRIO E CONTAS

Bens Locados	Valor do Contrato	Locações Operacionais - Locatário						Valor Presente dos Futuros Pagamentos Mínimos	
		Pagamentos Efetuados		Acumulados		Futuros Pagamentos Mínimos			
		Período				Até 1 Ano	Entre 1 e 5 Anos		Superior a 5 Anos
		Pagamentos Mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos Mínimos	Rendas Contingentes				Total
Leaseplan Portugal - aluguer operacional de 4 viaturas	93.363,80	4.454,84		4.454,84		23.340,96	65.568,00		88.908,96
Finlog Portugal - aluguer operacional de 4 viaturas	140.094,23	20.067,69		40.094,23					
Alugueres operacionais de viaturas de curto prazo	15.003,60	15.003,60		15.003,60					
Total	248.461,63	39.626,13		159.552,67		23.340,96	65.568,00		88.908,96

No exercício de 2019 foram reconhecidos gastos com rendas no montante de 39.626,13€.

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, os inventários da Empresa estavam valorizados conforme se segue:

Inventários - Ano 2019			
Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)
Matérias-Primas, Subsidiárias e Consumo	1 552 126,15		1 552 126,15
Material em Trânsito	9 063,88		9 063,88
Adiantamentos por Conta de Compras			
Total	1 561 190,03	0,00	1 561 190,03

Inventários - Ano 2018			
Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
(1)	(2)	(3)	(4) = (2) - (3)
Matérias-Primas, Subsidiárias e Consumo	836 274,83		836 274,83
Material em Trânsito	107 488,09		107 488,09
Adiantamentos por Conta de Compras	53 885,00		53 885,00
Total	997 647,92	0,00	997 647,92

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como os movimentos do período, detalha-se conforme se segue:

RELATÓRIO E CONTAS

Inventários - Movimentos do Período						
Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Compras Líquidas	Consumos/ Gastos	Outras Reduções de Inventários	Outros Aumentos de Inventários	Quantia Escriturada Final (6)=(1)+(2)-(3)-(4)+(5)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Mercadorias						
Matérias-Primas, Subsidiárias e Consumo	943 762,92	1 524 777,17	923 779,23		16 429,17	1 561 190,03
Total	943 762,92	1 524 777,17	923 779,23	0,00	16 429,17	1 561 190,03

13. Rendimento de transações com contraprestação

O rendimento reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, referentes a vendas de bens e a prestações de serviços é detalhado conforme se segue:

	2019			2018		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de Bens	1.003,00	-	1.003,00	18.380,04	-	18.380,04
Prestações de Serviços	13.866.849,27	2.072.033,73	15.938.883,00	10.432.051,33	262.249,52	10.694.300,85
	13.867.852,27	2.072.033,73	15.939.886,00	10.450.431,37	262.249,52	10.712.680,89

As prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

	2019	2018
D1 - Reparação Naval - militar	13.718.949,66	10.226.907,46
D1 - Reparação Naval - militar internacional	2.072.033,73	261.854,52
D2 - Reparação Naval - não militar	1.262,18	395,00
D3 - Construção	0,00	0,00
D4 - Manutenção Industrial	7.310,00	8.354,13
D5 - Laboratórios	57.736,98	111.922,84
D6 - Outros	81.590,45	84.866,90
	15.938.883,00	10.694.300,85

No período de 2019, os serviços prestados registaram um acréscimo substancial de 5.244.582,15, face ao período homólogo do ano anterior, devido ao aumento do negócio de reparação naval – militar, que cresceu significativamente relativamente ao ano transato, decorrente essencialmente, dos contratos de reparação do submarino “Arpão”, com a Marinha Portuguesa e a Thyssenkrupp Marine Systems GmbH (tkMS) e dos trabalhos realizados no Navio Escola Sagres da Marinha Portuguesa.

Destacam-se pela sua materialidade os seguintes contratos de prestação de serviços relativos a 2019 e a 2018, relacionados com serviços de reparação naval militar:

	2019	2018
NRP - Sagres a)	5.388.305,00	247.917,00
Lanchas Salva-vidas L150SV a)	466.982,00	905.660,00
NRP - Arpão a)	3.709.141,00	142.242,00
NRP - Corte Real a)	544.766,00	
NRP - Gago Coutinho	473.990,00	314.610,00
NRP – Mondego	305.170,00	1.119.767,00
Fragatas Bartolomeu Dias	799.366,00	628.219,00
Fragatas Vasco da Gama a)	821.583,00	1.106.036,00
NRP - João Roby	431.296,00	
NRP - Figueira da Foz	4.694,00	2.361.239,00
NRP - Guadiana a)	398.732,00	676.823,00
NRP - Andrómeda	13.826,00	566.927,00
NRP – Sagitário	119.533,00	548.454,00
PHM Rais Charkaoui		73.607,00
	<u>13.477.384,00</u>	<u>8.691.501,00</u>
Outros trabalhos	2.313.599,39	1.797.260,98
	<u>15.790.983,39</u>	<u>10.488.761,98</u>

a) – Contratos de prestação de serviços em curso

RELATÓRIO E CONTAS



Como o desfecho dos contratos de reparação naval pode ser fiavelmente estimado, os rendimentos e os custos dos contratos são reconhecidos como rendimentos e gastos, tendo por referência o estado de completamento (nível de avanço de obra) da atividade do contrato à data de relato.

À data de 31 de dezembro de 2019 as percentagens de acabamento das obras, que respeitam a contratos de prestação de serviços em curso, são as que a seguir se apresentam:

	% de Acabamento
NRP - Guadiana	58,3%
Lanchas Salva-vidas L150SV	48,5%
Thyssenkrupp Marine Systems	98,0%
NRP - Arpão	98,0%
NRP - Arpão (Revisão Intermédia)	<i>Metas de progresso</i>
NRP - Sagres	99,9%
NRP - Vasco da Gama	39,0%
NRP - Côrte Real	82,0%
NRP - António Enes	34,0%
NRP - Viana do Castelo	12,0%

Os rendimentos e gastos reconhecidos são os seguintes:

RELATÓRIO E CONTAS



	Rédito Total	Faturação Emitida	Rédito do Período Anterior	Rédito do Período	Rendimentos a Reconhecer	Devedores por Acréscimo de Rendimento
Projetos em curso	20.228.991	14.061.817	2.253.574	11.900.400	1.361.877	1.455.057

	2019	2018
Réditos Acumulados	14.153.974	7.507.755
Gastos Acumulados	10.286.254	6.564.639
Resultado Acumulado	3.867.720	943.116

No exercício de 2019 o resultado acumulado global, dos contratos em curso, está influenciado pelo resultado estimado de dois contratos (Projeto n.º 669 - NRP Guadiana, Projeto n.º 702 - Submarino “Arpão”), cujos custos totais podem exceder o rédito total do contrato. As perdas esperadas foram reconhecidas imediatamente como gastos do período.

15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, as provisões constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

	2019			
	Quantia escriturada Inicial	Aumentos	Reversões	Quantia escriturada Inicial
Perda esperada em contratos de prestação de serviços	293.769,00	35.385,00	293.769,00	35.385,00
	293.769,00	35.385,00	293.769,00	35.385,00



2018				
	Quantia escriturada Inicial	Aumentos	Reversões	Quantia escriturada Inicial
Perda esperada em contratos de prestação de serviços	68.905,00	293.769,00	68.905,00	293.769,00
	68.905,00	293.769,00	68.905,00	293.769,00

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2019 no montante de 35.385,00€, corresponde à perda esperada em dois contratos de prestação de serviços. O valor apresentado resulta das seguintes estimativas:

	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2020
Rédito dos Contratos	3.124.544	1.879.581	1.244.963
Gastos do Contratos	-3.245.271	-1.964.923	-1.280.348
Resultado (Nota 13)	-120.727	-85.342	-35.385

Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, não havia passivos contingentes.

Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, não havia ativos contingentes.

17. Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 29 de abril de 2020 pelo Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A..

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas ou que requeiram divulgação, à exceção do seguinte:

As restrições motivadas pelo alastramento da pandemia COVID-19 em Portugal e no Mundo, não tiveram, até à data, impacto nas operações da Empresa. No entanto, tais restrições e o prolongamento das mesmas poderão afetar negativamente os resultados das operações e a posição financeira da empresa no ano de 2020, sendo que, no contexto atual, não é possível uma quantificação dos possíveis impactos associados a essa situação.

O Conselho de Administração continua a acompanhar os desenvolvimentos relacionados com o alastramento da doença, adotando as medidas necessárias à proteção da saúde dos seus colaboradores e à salvaguarda da continuidade das operações da empresa, nomeadamente no que se refere à contenção de custos e à manutenção de um nível de liquidez adequado para cumprimento das suas obrigações.

18. Instrumentos Financeiros

18.1. Ativos Financeiros

Cientes

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2019	2018
Cientes	1.106.966,06	567.005,38
Cientes do Grupo (Nota 20)	23.707,02	1.542,42
Perdas por Imparidade	-363.943,59	-363.943,59
	<hr/> 766.729,49	<hr/> 204.604,21

RELATÓRIO E CONTAS



A rubrica de “Clientes” apresenta o seguinte detalhe:

	2019	2018
Marinha, através da Direção de Navios (Estado Português)	-119.346,60	27.639,65
Batistas - Reciclagem de Sucatas, S.A.	26.680,70	26.680,70
RSA - Reciclagem Sucatas Abrantinas		17.830,04
ThyssenKrupp Marine Systems GmbH	793.074,53	94.005,00
Clientes de cobrança duvidosa	363.943,59	363.943,59
Outros	42.613,84	36.906,40
	1.106.966,06	567.005,38

Durante o ano de 2019 a rubrica de perdas por imparidade teve as seguintes alterações:

	2019			
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Naveiro - Transportes Marítimos, S.A.	324.841,62	-	-	324.841,62
O2 - Tratamento e Limpezas	745,50	-	-	745,50
Geosolve, Soluções de Engenharia, Geotecnia e Topografia, Ld. ^a	1.103,31	-	-	1.103,31
Fiutak Technologies GmbH	37.253,16	-	-	37.253,16
	363.943,59	-	-	363.943,59

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o movimento ocorrido em “Imparidade de Dívidas a Receber” na Demonstração dos Resultados” foi o seguinte:

	2019	2018
Imparidade - dívidas a receber - reversão	-	18.372,56

Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Outras Contas a Receber” apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
<u>Outras Contas a Receber</u>		
Pessoal	1.726,53	1.571,04
Prestações de serviços em curso (Nota 13)	1.455.057,00	1.268.702,00
Outros	21.603,63	3.344,10
	<u>1.478.387,16</u>	<u>1.273.563,14</u>

18.2. Passivos Financeiros

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, tal como em 2018, esta rubrica respeita a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Empresa. O Conselho de Administração entende que, nessas datas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, de acordo com o Despacho nº 9870/2009, de 6 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 13 de abril, diminuiu em 2019, relativamente a 2018, conforme quadro seguinte:

PMP	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Prazo (dias)	28,89	60,53	-31,64	-52,27

Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Adiantamentos de Clientes” não apresentava qualquer valor por regularizar.

Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Outras Contas a Pagar” (referente aos passivos correntes), apresentava a composição constante da tabela infra.

Os passivos não correntes encontram-se mencionados na nota 23.

	2019	2018
<u>Outras Contas a Pagar</u>		
Remunerações a liquidar a)	1.565.700,00	1.603.600,00
Renda - contrato de concessão b)	79.699,43	53.563,40
Outros acréscimos de gastos c)	492.792,78	207.349,44
Outros devedores e credores d)	576.917,91	638.571,26
	<u>2.715.110,12</u>	<u>2.503.084,10</u>

- a) Inclui os gastos com férias e subsídio de férias referentes ao exercício de 2019 a liquidar em 2020.
- b) Inclui o gasto do exercício de 2019 referente à renda da concessão a pagar no ano de 2020 ao Estado Português de acordo com a Cláusula 18.º do contrato de concessão.
- c) Inclui essencialmente os gastos com eletricidade (31.869,47€), gastos com seguros (31.949,24€), gastos com a Revisão Legal de Contas (8.100,00€) e gastos com subcontratos (390.263,00€) referentes ao exercício de 2019 mas faturados em 2020.
- d) A rubrica “Outros devedores e credores” inclui:

RELATÓRIO E CONTAS



	2019	2018
Outros devedores e credores		
Ajustamentos em subsídios (Nota 23)	550.000,00	610.000,00
Outros	26.917,91	28.571,26
	<hr/> 576.917,91	<hr/> 638.571,26

O ajustamento do subsídio (550.000,00€) classificado como passivo corrente diz respeito ao imposto associado ao valor do subsídio a reconhecer como rédito no ano seguinte.

18.3. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Empresa tinha as seguintes participações financeiras:

	2019	2018
Relacre - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal	500,00	500,00
Fundo de Compensação do Trabalho	16.247,94	12.604,26
	<hr/> 16.747,94	<hr/> 13.104,26

18.4 Composição do Capital Subscrito, Reservas e Resultados Transitados

Em 2019 o capital da Empresa era composto por 6.480.000 ações nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., em liquidação. No exercício de 2009 foi realizada em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

De relembrar, conforme já referido, a futura transmissão da totalidade das ações, por aumento de capital em espécie, à empresa IdD, S. A., em virtude do encerramento da liquidação da Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A. até 31 de dezembro de 2019, conforme Despacho n.º 786/2020, de 21 de janeiro de Sua. Ex^a, o Ministro da Defesa Nacional e Sua. Ex^a, o Secretário de Estado do Tesouro.



Em conformidade com o Artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até que atinja o valor equivalente a 20% do capital social da empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Reserva legal”, apresentava o seguinte detalhe:

	2019	2018
Saldo inicial	299.152,72	299.152,72
Aplicação do resultado líquido	-	-
Saldo final	299.152,72	299.152,72

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2019	2018
Saldo inicial	-11.549.639,20	-9.621.062,36
Aplicação do resultado líquido	-4.453.759,72	-1.928.576,84
Saldo final	-16.003.398,92	-11.549.639,20

Conforme decisão da Assembleia Geral do dia 30 de abril de 2019 foi aplicado em resultado transitado o total do resultado líquido de 2018 (-4.453.759,72€).

19. Benefícios dos Empregados

A Arsenal do Alfeite, S.A., não tem responsabilidades pós-emprego na forma de planos de benefícios definidos.

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios de 2019 e de 2018 é a seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS



	2019	2018
Remunerações dos Órgãos Sociais e de Gestão	206.720,43	186.862,95
Remunerações do Pessoal	9.953.565,73	9.850.253,67
Indeminizações	37.766,83	11.635,00
Encargos sobre Remunerações	2.323.467,11	2.248.564,68
Seguros de Acidentes no Trabalho	206.210,71	246.919,12
Gastos de Ação Social	40.152,41	50.644,86
Outros Gastos com o Pessoal	38.742,16	18.463,73
Outros Encargos Sociais	86.530,53	101.498,85
	12.893.155,91	12.714.842,86

Em 2019 verificou-se um ligeiro acréscimo dos gastos com pessoal comparativamente com 2018, determinado, essencialmente pelo efeito das valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019.

20. Partes Relacionadas

Relacionamentos com a empresa mãe / transações entre partes relacionadas

No ano de 2019, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.PS., S.A., em liquidação.

Os saldos e transações efetuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2019 e de 2018 podem ser detalhados como segue:

RELATÓRIO E CONTAS



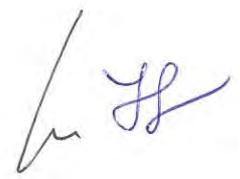
2019

Entidade	Contas a receber correntes (nota 18.1)	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., em liquidação	-	-	-	-	-
Navalrocha – Soc. de Construção e Reparação Navais, S.A.	-	-	962.856,60	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., em liquidação	-	-	-	3.300,00	-
idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S. A.	-	-	-	-	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	23.707,02	-	-	31.390,00	-
	23.707,02	-	962.856,60	34.690,00	-

2018

Entidade	Contas a receber correntes (nota 18.1)	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos/ Equip. adquiridos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa, S.G.P.S., S.A., em liquidação	-	172,20	5.947,20	-	2.645,30
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., em liquidação	-	-	90.000,00	3.300,00	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	1.542,42	-	-	30.764,50	-
Navalrocha – Soc. de Construção e Reparação Navais, S.A.	-	-	26.990,30	-	-
	1.542,42	172,20	122.937,50	34.064,50	2.645,30

RELATÓRIO E CONTAS



Remuneração do pessoal chave de gestão

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma	Data
2018-2020	Presidente	José Luis Garcia Belo	DUE	02.04.2018
2018-2020	Vogal	Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	DUE	02.04.2018
2018-2020	Vogal	João Carlos Caldeira Gonçalves*	DUE	26.11.2018

* Salienta-se a resignação às funções apresentada pelo Vogal do Conselho – Dr. João Caldeira – com efeitos a 31.10.2019.

Remuneração anual 2019 (€)

Membro do Órgão de Administração	Remuneração			Redução	Reversão	Valor Final
	Fixa (*)	Variável	Bruta	Remuneratória	Remuneratória	
José Luís Garcia Belo	86.070,16	-	86.070,16	-4.303,46	0,00	81.766,70
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	70.021,44	-	70.021,44	-3.501,09	0,00	66.520,35
João Carlos Caldeira Gonçalves *	65.149,13	-	65.149,13	-3.257,46	0,00	61.891,67
	221.240,73	-	221.240,73	-11.062,01	0,00	210.178,72

* Salienta-se a resignação às funções apresentada pelo Vogal do Conselho – Dr. João Caldeira – com efeitos a 31.10.2019.

23. Outras Variações de Património Líquido

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos tangíveis depreciados são reconhecidos no Património Líquido, ajustado do imposto que lhe está associado, uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação.

Desta forma, a rubrica “Outras variações no Património Líquido” reflete a quantia do subsídio não monetário deduzido do respetivo imposto e as rubricas “outras contas a pagar” (passivos não correntes e passivos correntes) refletem o referido imposto.

RELATÓRIO E CONTAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a informação relativa ao subsídio obtido do Governo era como segue:

	31/12/2018	Rédito do ano	Ajustamento ano	31/12/2019
<u>Património Líquido</u>				
Outras variações no Património Líquido				
Subsídios não monetários	68.705.550,26	-2.625.141,60		66.080.408,66
Ajustamentos em subsídios	-15.458.748,82		590.656,88	-14.868.091,94
	53.246.801,44	-2.625.141,60	590.656,88	51.212.316,72
<u>Passivos não correntes</u>				
Outras contas a pagar				
Ajustamentos em subsídios	14.848.748,82	-	-530.656,88	14.318.091,94
	14.848.748,82	-	-530.656,88	14.318.091,94
<u>Passivos correntes</u>				
Outras contas a pagar				
Ajustamentos em subsídios (Nota 18.2)	610.000,00	-	-60.000,00	550.000,00
Total de passivos correntes	610.000,00	-	-60.000,00	550.000,00

No exercício de 2019 o rédito reconhecido no período ascendeu a 2.625.141,60€.

24. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

RELATÓRIO E CONTAS

	2019	2018
<u>Diferimentos ativos</u>		
Seguros	-	-
Outros gastos a reconhecer	37.452,93	38.991,97
	37.452,93	38.991,97
<u>Diferimentos passivos</u>		
Rendimentos a reconhecer (Nota 13)	1.361.877,00	147.025,00
Outros rendimentos diferidos	10.690,55	13.990,55
	1.372.567,55	161.051,55

25. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a rubrica do “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

	2019		2018	
	ativo	passivo	ativo	passivo
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas	77.818,34	29.577,85	39.455,11	-
Retenção do IRS	-	119.891,00	-	116.160,00
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	-	641.507,00	-	324.824,36
CGA - Caixa geral de aposentações	-	205.528,73	-	197.460,81
ADSE	-	-469,77	506,76	-
Segurança social	-	45.650,81	-	43.228,41
Fundos de Compensação	-	673,20	-	334,48
	77.818,34	1.042.358,82	39.961,87	682.008,06

O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

RELATÓRIO E CONTAS



2019		
	ativo	passivo
Estimativa do imposto do exercício (Nota 26)	-	29.577,85
Pagamento especial por conta	75.446,66	-
Pagamentos por conta	-	-
Retenções na fonte	2.371,68	-
	77.818,34	29.577,85
IRC	48,240,49	

A rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado”, comparativamente ao ano anterior, registou um aumento motivado, essencialmente, pelo crescimento da faturação da Empresa nos meses de novembro e dezembro, face a 2018.

26. Imposto Sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa de 21% sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

A empresa tem por política reconhecer nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e fiscais. Constituem base para o cálculo de imposto diferido, os ajustamentos sobre dívidas a receber e provisões não aceites fiscalmente.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é detalhado conforme se segue:

RELATÓRIO E CONTAS

	2019	2018
Resultado antes de imposto	-1.855.802,28	-4.461.870,73
Dedução de prejuízos fiscais	-	-
	-	-
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Imposto esperado	-	-
Derrama - 1,5%	-	-
Derrama estadual	-	-
	-	-
Diferenças permanentes	-	-
Diferenças temporárias - provisões	58.136,40	-50.594,40
Ajustamentos à coleta - tributação autónoma	29.577,85	42.483,39
Outras	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	87.714,25	-8.111,01
Taxa efetiva de imposto	4,73%	-0,18%

IMPOSTO	2019	2018
Imposto corrente do exercício	29.577,85	42.483,39
Imposto diferido gerado no exercício	58.136,40	-50.594,40
	87.714,25	-8.111,01

Tal como evidenciado no quadro acima, existem diferenças temporárias dedutíveis (perdas fiscais) relativamente às quais não foi reconhecido qualquer ativo por impostos diferidos no balanço por não existirem certezas quanto à sua recuperabilidade.

RELATÓRIO E CONTAS

Descrição	Valor	Utilização	Valor	Ano máximo de Dedutibilidade
Prejuízo Fiscal do ano 2016 a)	1.910.178,18	-	1.910.178,18	2028
Prejuízo Fiscal do ano 2017 a)	1.818.064,80	-	1.818.064,80	2022
Prejuízo Fiscal do ano 2018 a)	4.237.598,32	-	4.237.598,32	2023
Prejuízo Fiscal do ano 2019 a)	2.118.105,54	-	2.118.105,54	2024
	10.083.946,84	-	10.083.946,84	

a) - os prejuízos fiscais dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2028, 2022, 2023 e 2024 respetivamente. A dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável.

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	2019	2018
Perdas de Imparidade e Provisões	7.961,63	66.098,03
	7.961,63	66.098,03

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 foi como se segue:

	2019	2018
Saldo em 1 de janeiro	66.098,03	15.503,63
Movimentos do exercício		
Perdas de Imparidade	-	-
Provisões	-58.136,40	50.594,40
Saldo em 31 de dezembro	7.961,63	66.098,03



De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2016 a 2019 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

27. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica “outros rendimentos” tem a seguinte composição:

	2019	2018
Subsídio não monetário - bens concessionados (Nota 23)	2.625.141,60	2.717.343,12
Aluguer de espaços e equipamento	17.407,41	23.216,60
Outros	107.841,36	19.770,48
	<hr/> 2.750.390,37	<hr/> 2.760.330,20

28. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

RELATÓRIO E CONTAS

	2019	2018
Subcontratos	2.384.031,03	948.941,09
Trabalhos Especializados	78.235,14	95.757,33
Publicidade e Propaganda	1.470,07	7.700,83
Vigilância e Segurança	107.244,60	115.308,84
Honorários	67.589,00	62.479,45
Conservação e Reparação	53.055,19	95.455,18
Materiais	60.974,04	33.404,44
Eletricidade	353.053,44	357.880,38
Combustíveis	25.594,90	24.262,90
Gás	45.005,00	42.960,33
Deslocações, Estadas e Transportes	72.633,81	161.004,34
Rendas e Alugueres	123.434,65	131.655,55
Comunicação	17.757,58	18.146,88
Seguros	111.399,43	94.839,94
Contencioso e Notariado	23.704,15	6.935,72
Despesas de Representação	3.031,85	8.432,96
Limpeza, Higiene e Conforto	327.928,22	330.626,61
Diversos	15.435,62	17.160,28
	3.871.577,72	2.552.953,05

Em 2019 houve um acréscimo de 51,65% dos fornecimentos e serviços externos face ao ano transato, particularmente influenciado pela variação a nível dos “Subcontratos” (acréscimo de 1.435.089,94€), que se justifica, em grande parte, com a subcontratação de serviços associados à docagem do NRP Sagres e serviços de revisão/reparação de motores.



29. Resultado por Ação

O Resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 foi determinado conforme se segue:

	2019	2018
Resultado líquido do período	-1.943.516,53	-4.453.759,72
Número médio ponderado de ações	6.480.000	6.480.000
Resultado por ação básico	-0,30	-0,69

30. Outras Informações

No ano de 2019 correram termos duas ações interpostas pelo consórcio Iberlim – Sociedade Técnica de Limpezas, S.A. e SLIMCEI – Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Ld.^a, contra a Arsenal do Alfeite, S.A..

No âmbito da primeira (Processo n.º 1179/13.7BEALM, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada) que nasceu de processo de injunção, a Autora reclama o pagamento da quantia de 20.560,66€ acrescida de juros de mora que à data de interposição da injunção ascendiam a 2.122,73€, referentes à alegada falta de pagamento de faturas. Tendo em consideração que este montante corresponde a sanções contratuais aplicadas por incumprimento, aliás já reconhecido judicialmente em anteriores processos, a Arsenal do Alfeite, S.A., apresentou oposição à injunção, tendo sido designado o dia 4 de maio de 2020 para efeitos de audiência prévia.

O segundo processo interposto pelo consórcio corresponde a uma ação administrativa especial (Processo n.º 401/14.7BESNT, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra) na qual as Autoras peticionam a declaração de nulidade dos atos administrativos que determinaram a aplicação às Autoras de sanções contratuais no montante global de 20.560,66€. Foi igualmente apresentada contestação, aguardando-se notificação para alegações escritas.



Continuou ainda a correr termos o processo de insolvência da Naveiro – Transportes Marítimos, S.A., em que foram reclamados créditos pela Arsenal do Alfeite, S.A., no montante de 329.516,78€, tendo-se apenas conhecimento, à data, da graduação dos créditos reclamados.

Por fim, e tendo em consideração o não pagamento dos serviços prestados pelo estaleiro na Nigéria no âmbito do contrato assinado com a FIUTAK Industries GmbH, foi interposto contra esta última uma injunção europeia para recuperação do crédito de 39.513,42€, acrescido dos respetivos juros de mora, tendo a mesma sido redistribuída para ação declarativa após oposição da Ré. De se denotar que a mesma foi posteriormente extinta por inutilidade superveniente da lide em virtude do processo de insolvência da ré, tendo a Arsenal do Alfeite, S.A., reclamado créditos no âmbito da mesma, a qual corre termos na Alemanha.

31. Informações Sobre Matérias Ambientais

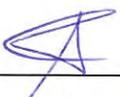
Este tema encontra-se desenvolvido no capítulo “Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental” do Relatório de Governo Societário relativo a 2019.

32. Honorários do Revisor Oficial de Contas

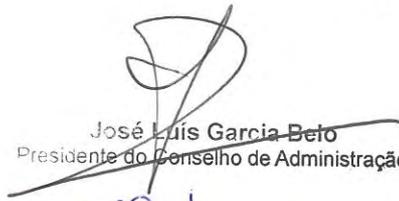
Os honorários do revisor oficial de contas ascenderam a:

RELATÓRIO E CONTAS

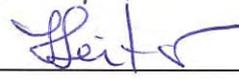
Remuneração anual 2019 (€)	
PWC, SROC, Ld. ^a	Bruta
Revisão Legal de Contas	16.200,00
Total	16.200,00



O Contabilista Público



José Luis Garcia Belo
Presidente do Conselho de Administração



O Conselho de Administração

Isabel Leitão
Vogal do Conselho de Administração



2023

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

Anexo III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

ANEXO III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstração do desempenho Orçamental

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2019)				2018	RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (2019)				2018
		RP	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL				RP	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo de gerência anterior	8 396 877,01	0,00	3 798,67	8 400 675,68	14 408 286,69							
	Operações orçamentais [1]	8 396 877,01			8 396 877,01	14 051 884,76							
	Restituição do saldo oper. orçamentais												
	Operações de tesouraria [A]			3 798,67	3 798,67	356 401,93							
	Receita corrente	19 689 983,21	0,00	0,00	19 689 983,21	13 296 169,12							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	147,52			147,52		D1	Despesa corrente	20 556 852,76	0,00	0,00	20 556 852,76	19 378 919,91
R4	Rendimentos de propriedade					12 360,46	D11	Despesas com o pessoal					
R5	Transferências Correntes						D11	Remunerações Certas e Permanentes	9 843 294,56			9 843 294,56	9 448 003,62
R51	Administrações Públicas						D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	436 551,93			436 551,93	411 563,77
R511	Administração Central						D13	Segurança social	2 668 736,31			2 668 736,31	2 480 114,39
R512	Administração Central - Outras entidades						D2	Aquisição de bens e serviços	5 853 767,52			5 853 767,52	5 494 230,28
R513	Segurança Social						D4	Transferências correntes					
R514	Administração Regional						D41	Administrações Públicas					
R515	Administração Local						D411	Administração Central - Estado					
R52	Exterior - EU						D412	Administração Central - Outras entidades					
R53	Outras						D413	Segurança Social					
R6	Venda de bens e serviços	19 689 835,69			19 689 835,69	13 283 808,66	D414	Administração Regional					
R7	Outras receitas correntes						D415	Administração Local					
		6 835,73	0,00	0,00	6 835,73	444 575,19	D42	Instituições sem fins lucrativos	8 918,00			8 918,00	9 918,00
R10	Receita de capital	87,50			87,50	3 380,83	D43	Famílias					
R11	Outras receitas de capital	6 748,23			6 748,23	441 194,36	D44	Outras					
	Reposições não abatidas aos pagamentos						D6	Outras despesas correntes	1 745 584,44			1 745 584,44	1 535 089,85
							D7	Despesa de capital	1 457 712,49	0,00	0,00	1 457 712,49	1 600 938,18
							D9	Investimento	1 457 712,49			1 457 712,49	1 600 938,18
								Outras despesas de capital					
	Receita efetiva [2]	19 696 818,94	0,00	0,00	19 696 818,94	13 740 744,31		Despesa efetiva [5]	22 014 565,25	0,00	0,00	22 014 565,25	20 979 858,09
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	1 587 179,91		Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	3 073,88
R12	Receita com ativos financeiros					1 587 179,91	D10	Despesa com ativos financeiros					3 073,88
R13	Receita com passivos financeiros						D11	Despesa com passivos financeiros					
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	28 093 695,95	0,00	0,00	28 093 695,95	29 379 808,98		Soma [7]=[5]+[6]	22 014 565,25	0,00	0,00	22 014 565,25	20 982 931,97
	Operações de tesouraria [B]			1 923,20	1 923,20	3 798,67		Operações de tesouraria [C]			3 198,67	3 198,67	356 401,93
								Saldo para a gerência seguinte	6 079 130,70	0,00	2 523,20	6 081 653,90	8 400 675,68
								Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	6 079 130,70	0,00	0,00	6 079 130,70	8 396 877,01
								Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	2 523,20	2 523,20	3 798,67
								Saldo global [2] - [5]	-2 317 746,31	0,00	0,00	-2 317 746,31	-7 239 113,78
								Despesa primária	22 014 565,25	0,00	0,00	22 014 565,25	20 979 858,09
								Saldo corrente	-866 869,55	0,00	0,00	-866 869,55	-6 082 750,79
								Saldo de capital	-1 450 876,76	0,00	0,00	-1 450 876,76	-1 156 362,99
								Saldo primário	-2 317 746,31	0,00	0,00	-2 317 746,31	-7 239 113,78
								Receita total [1] + [2] + [3]	28 093 695,95	0,00	0,00	28 093 695,95	29 379 808,98
								Despesa total [5] + [6]	22 014 565,25	0,00	0,00	22 014 565,25	20 982 931,97

O Contabilista Público



O Conselho de Administração

Isabel Leitão

Vogal do Conselho de Administração

José Luis Garcia Belo

Presidente do Conselho de Administração



RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração de Execução Orçamental da receita

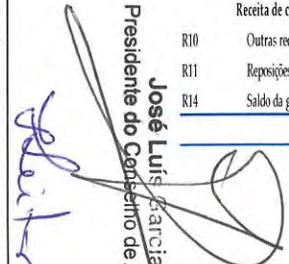
Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas (1)	Receitas por cobrar de períodos anteriores (2)	Receitas liquidadas (3)	Liquidações anuladas (4)	Receitas cobradas brutas (5)	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Grau de execução orçamental		
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Períodos anteriores (8)	Período corrente (9)	Total (10)=(5)-(7)	Receitas por cobrar no final do período (11)	Períodos anteriores (12)=(8) (11)×100	Período corrente (13)=(9) (11)×100
	Receita corrente	24 542 079,00	312 335,43	20 269 989,37	0,00	19 689 983,21	0,00	0,00	244 366,39	19 445 616,82	19 689 983,21	892 341,59	1,00%	79,23%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 000,00		147,52		147,52				147,52	147,52	0,00		7,38%
R4	Rendimentos de propriedade													
R5	Transferências Correntes													
R51	Administrações Públicas													
R511	Administração Central													
R512	Administração Central - Outras entidades													
R513	Segurança Social													
R514	Administração Regional													
R515	Administração Local													
R52	Exterior - EU													
R53	Outras													
R6	Venda de bens e serviços	24 540 079,00	312 335,43	20 269 841,85		19 689 835,69			244 366,39	19 445 469,30	19 689 835,69	892 341,59	1,00%	79,24%
R7	Outras receitas correntes													
	Receita de capital	8 426 878,00	417,85	8 403 712,74	0,00	8 403 712,74	0,00	0,00	0,00	8 403 712,74	8 403 712,74	417,85	0,00%	99,73%
R10	Outras receitas de capital	15 000,00		87,50		87,50				87,50	87,50	0,00		0,58%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	15 000,00	417,85	6 748,23		6 748,23				6 748,23	6 748,23	417,85	0,00%	44,99%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	8 396 878,00		8 396 877,01		8 396 877,01				8 396 877,01	8 396 877,01	0,00		100,00%
	Total	32 968 957,00	312 753,28	28 673 702,11	0,00	28 093 695,95	0,00	0,00	244 366,39	27 849 329,56	28 093 695,95	892 759,44	0,74%	84,47%

O Contabilista Público



O Conselho de Administração

José Luís Garcia Peto
Presidente do Conselho de Administração



Isabel Leitão
Vogal do Conselho de Administração

ARSENAL DO ALFETITE, S.A.

Av. do Alentejo, 1000-001 Beja

ARSENAL DO ALFETITE, S.A.

140/156

RELATÓRIO E CONTAS

Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas pagas liquidadas de reposições										Grau de execução	
		Despesas por pagar de períodos anteriores	Doações corrigidas	Calvôs descaivos	Compromissos	Obrigações	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Período corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)=(4)+(5)	(10)=(5)+(8)	(11)=(6)/(10)	(12)=(7)/(10)
	Despesa corrente	0,00	23 873 848,00	0,00	21 737 394,72	20 720 653,21	146 508,21	20 410 344,55	20 556 852,76	1 016 741,51	163 800,45	0,61%	85,49%
D1	Despesas com o pessoal	0,00	13 395 757,00	0,00	12 963 079,91	12 949 820,75	752,65	12 947 830,15	12 948 582,80	13 259,16	1 237,95	0,01%	96,66%
D11	Remunerações Certas e Permanentes		10 000 727,00		9 845 332,56	9 843 950,56	720,00	9 842 574,56	9 843 294,56	1 382,00	656,00	0,01%	98,42%
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais		480 200,00		437 165,53	436 667,03	32,65	436 519,28	436 551,93	498,50	115,10	0,01%	90,90%
D13	Segurança social		2 914 830,00		2 680 581,82	2 669 203,16	2 668 736,31	2 668 736,31	2 668 736,31	11 378,66	466,85	0,00%	91,56%
D2	Aquisição de bens e serviços		7 949 870,00		7 019 812,37	6 016 330,02	145 735,56	5 708 011,96	5 853 767,52	1 003 482,35	162 562,50	1,83%	71,80%
D4	Transferências correntes	0,00	11 000,00	0,00	8 918,00	8 918,00	0,00	8 918,00	8 918,00	0,00	0,00	0,00%	81,02%
D41	Administrações Públicas												
D411	Administração Central - Estado												
D412	Administração Central - Outras entidades												
D413	Segurança Social												
D414	Administração Regional												
D415	Administração Local												
D42	Instituições sem fins lucrativos		11 000,00		8 918,00	8 918,00		8 918,00	8 918,00	0,00	0,00	0,00%	81,02%
D43	Famílias												
D44	Outras												
D6	Outras despesas correntes		2 517 221,00		1 745 584,44	1 745 584,44		1 745 584,44	1 745 584,44	0,00	0,00	0,00%	69,35%
	Despesa de capital	0,00	2 201 500,00	0,00	2 109 517,57	1 967 793,21	63 208,40	1 894 504,09	1 457 712,49	141 724,36	510 080,72	2,87%	63,34%
D7	Investimento		2 201 500,00		2 109 517,57	1 967 793,21	63 208,40	1 894 504,09	1 457 712,49	141 724,36	510 080,72	2,87%	63,34%
D9	Outras despesas de capital												
	Total	0,00	26 075 348,00	0,00	23 846 912,29	22 688 446,42	209 716,61	21 804 848,64	22 014 565,25	1 158 465,87	673 881,17	0,80%	83,62%


José Luis Garcia Belo
 Presidente do Conselho de Administração

O Conselho de Administração


Isabel Leitão
 Vogal do Conselho de Administração

O Contabilista Público



ARSENAL DO ALFETTE, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

Anexo às Demonstrações Orçamentais

Alterações Orçamentais da Receita

Rubricas (1)	Tipo (2)	Receita				Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)- (8)	Observações (8)
		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais		Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)- (8)		
			Inscrições/ reforços (4)	Diminuições/ anulações (5)			
Receita corrente							
04	Taxas, multas e outras penalidades						
04.02	Multas e outras penalidades						
04.02.01	Juros de Mora	1 000,00				1 000,00	
04.02.99	Multas e penalidades diversas	1 000,00				1 000,00	
07	Venda de bens e serviços correntes						
07.01	Venda de bens						
07.01.05	Bens inutilizados						
07.01.08	Mercadorias						
07.01.10	Desperdícios, resíduos e refugos	20 000,00				20 000,00	
07.01.11	Produtos acabados e intermédios	1 300 000,00				1 300 000,00	
07.02	Serviços						
07.02.01	Aluguer de espaços e equipamentos	25 000,00				25 000,00	
07.02.02	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	44 715,00				44 715,00	
07.02.04	Serviços de laboratórios	52 846,00				52 846,00	
07.02.06	Reparações	22 869 640,00				22 869 640,00	
07.02.99	Outros	227 878,00				227 878,00	
Receita de capital							
13	Outras receitas de capital						
13.01	Outras						
13.01.01	Indemnizações	5 000,00				5 000,00	
13.01.99	Outras	10 000,00				10 000,00	
15	Reposições não abatidas nos pagamentos						
15.01	Reposições não abatidas nos pagamentos						
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	15 000,00				15 000,00	
16	Saldo da gerência anterior						
16.01	Saldo orçamental						
16.01.01	Na posse do serviço	M	0,00	8 396 878,00		8 396 878,00	
Total			24 572 079,00	8 396 878,00	0,00	0,00	32 968 957,00

José Luis Garcia Bajo
Presidente do Conselho de Administração

O Conselho de Administração

Isabel Leirão

Vogal do Conselho de Administração

O Contabilista Público

ARSENAL DO ALFETITE, S.A.

142/156

RELATÓRIO E CONTAS

Alterações Orçamentais da despesa

Rubricas	Tipo P - permutativa M - modificativa	Despesa					Despesa total
		Despesa inicial	Alterações orçamentais			Despesa final	
			Instituições financeiras	Diminuições	Créditos		
(II)	(I)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)	
01 Despesas correntes							
01 Despesas com o pessoal							
01.01 Remunerações certas e periódicas							
01.01.02 Órgãos sociais			140 000,00			140 000,00	
01.01.04 Fossos em quadros - Regime de contrato individual de trabalho	P	8 248 415,00	52 000,00		491 750,00	7 448 665,00	
01.01.07 Fossos em regime de livre ou aversa	P	35 560,00	21 000,00			35 560,00	
01.01.09 Fossos em qualquer outra situação	P	15 000,00		6 500,00		11 500,00	
01.01.11 Representação			50 000,00			50 000,00	
01.01.12 Suplementos e prémios	P	116 700,00	19 500,00			136 200,00	
01.01.13 Subsídios de férias	P	629 400,00		125 000,00		504 400,00	
01.01.14 Subsídios de férias e de Natal							
01.01.14.SF.00 Subsídios de férias	P	707 100,00	61 500,00	29 500,00		798 100,00	
01.01.14.SN.00 Subsídios de Natal	P	499 100,00				499 100,00	
01.01.15 Remunerações por doença e maternidade/paternidade	P		10 000,00			10 000,00	
01.02 Alugueres e outros rendimentos							
01.02.02 Horas extraordinárias	P	320 000,00	38 000,00	214 000,00		174 000,00	
01.02.04 Ajudas de custo	T	30 000,00		9 000,00		21 000,00	
01.02.06 Formação	T	6 000,00		4 000,00		2 000,00	
01.02.10 Subsídios de trabalho nocturno	P	2 000,00				2 000,00	
01.02.11 Subsídios de turno	P	45 000,00	500,00			45 500,00	
01.02.12 Indemnizações por cessação de funções							
01.02.12.C0.00 Indemnizações por cessação de funções	P	20 000,00	18 000,00			38 000,00	
01.02.13 Outros suplementos e prémios							
01.02.13.A0.00 Outros suplementos e prémios	P	117 200,00	95 500,00	15 000,00		197 700,00	
01.03 Segurança social							
01.03.03 Subsídios familiar a crianças e jovens			22 000,00			22 000,00	
01.03.04 Outras prestações familiares	P	27 000,00	2 000,00			29 000,00	
01.03.05 Contribuições para a segurança social							
01.03.05.A0.A0 Contrib. segurança social - Caixa Geral de Aposentações	P	1 993 830,00		95 000,00		1 898 830,00	
01.03.05.A0.B0 Contrib. segurança social - Segurança Social	P	429 000,00		25 500,00		454 500,00	
01.03.05.A0.C0 Contrib. segurança social - Fundo de Compensação do Trabalho	P	3 600,00	500,00			4 100,00	
01.03.05.A0.D0 Contrib. segurança social - Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	P	400,00				400,00	
01.03.08 Outras passivas	P		500,00			500,00	
01.03.09 Seguros			104 000,00			104 000,00	
01.03.10 Outras despesas de segurança social							
01.03.10.AC Andares de trabalho e doenças profissionais	P	0,00	240 000,00	50,00		279 500,00	
01.03.10.00 Outras despesas	P	381 000,00	25 000,00	280 000,00		426 000,00	
02 Aquisição de bens e serviços							
02.01 Aquisição de bens							
02.01.01 Manutenção primária e subsidiária	P	1 485 000,00	117 500,00	36 500,00		1 639 000,00	
02.01.02 Manutenção primária e subsidiária	M		500 000,00			500 000,00	
02.01.02 Combustíveis e lubrificantes			86 600,00			86 600,00	
02.01.04 Limpeza e higiene	T	24 000,00	5 000,00			29 000,00	
02.01.05 Alimentação - Refeições confecionadas	P	9 500,00	2 800,00			12 300,00	
02.01.07 Veículos e artigos pessoais	P	70 600,00	1 000,00			71 600,00	
02.01.08 Material de escritório							
02.01.08.A0.00 Material de escritório - Papel	P	6 500,00		2 200,00		4 300,00	
02.01.08.B0.00 Material de escritório - Consumíveis de impressão			3 500,00			3 500,00	
02.01.08.C0.00 Material de escritório - Outros	P	19 600,00				19 600,00	
02.01.09 Produtos químicos e farmacêuticos							
02.01.09.C0.00 Produtos químicos e farmacêuticos - Outros	P	2 500,00	1 000,00			3 500,00	
02.01.11 Material de consumo diário			200,00			200,00	
02.01.13 Material de consumo hoteleiro			1 600,00			1 600,00	
02.01.14 Outros materiais - Papel	P	100 000,00		7 000,00		107 000,00	
02.01.15 Premios, concessões e ofertas	P	12 000,00	38 800,00			50 800,00	
02.01.17 Ferramentas e utensílios			72 200,00			72 200,00	
02.01.18 Livros e documentação técnica			6 500,00			6 500,00	
02.01.21 Outros bens	P	178 500,00		45 300,00		223 800,00	
02.02 Aquisição de serviços							
02.02.01 Energia das instalações							
02.02.01.00.00 Energia das instalações - Outros	P	589 000,00	65 000,00	95 000,00		749 000,00	
02.02.02 Limpeza e higiene	T	366 120,00	80 000,00			446 120,00	
02.02.03 Conservação de bens	P	48 300,00	1 450,00	1 450,00		51 200,00	
02.02.06 Locação de material de transporte			52 500,00			52 500,00	
02.02.06 Locação de outros bens	T	39 000,00	5 000,00			44 000,00	
02.02.09 Comunicações							
02.02.09.A0.00 Comunicações - Acesso a Internet	T	2 500,00	1 000,00			3 500,00	
02.02.09.C0.00 Comunicações - Comunicações Fixas de Voz	P	4 000,00	2 000,00			6 000,00	
02.02.09.D0.00 Comunicações - Comunicações Móveis	P	14 000,00	2 000,00			16 000,00	
02.02.09.F0.00 Comunicações - Outros Serviços de Comunicações			8 750,00			8 750,00	
02.02.10 Transportes	T	5 000,00	8 750,00	2 070,00		15 820,00	
02.02.11 Representação dos serviços			12 000,00			12 000,00	
02.02.12 Seguros							
02.02.12.B0.00 Outros Seguros não relacionados com outras situações	P	154 500,00	18 000,00	5 800,00		178 300,00	
02.02.13 Deslocações e estadas	P	106 500,00		52 600,00		159 100,00	
02.02.15 Formação			25 000,00			25 000,00	
02.02.15.B0.00 Formação - Outros							
02.02.17 Publicidade							
02.02.17.A0.00 Publicidade - Publicidade eletrónica			5 000,00			5 000,00	
02.02.17.B0.00 Publicidade - Publicidade institucional							
02.02.17.B0.A0 Publicidade - Publicidade institucional - Em território nacional			7 000,00			7 000,00	
02.02.17.B0.B0 Publicidade - Publicidade institucional - Estrangeiro			1 000,00			1 000,00	
02.02.18 Vigilância e segurança	P	168 000,00	12 000,00			180 000,00	
02.02.19 Assistência técnica							
02.02.19.C0.00 Assistência técnica - Outros	P	47 500,00	4 000,00			51 500,00	
02.02.20 Outros trabalhos especializados							
02.02.20.E0.00 Outros trabalhos especializados - Outros	P	1 026 000,00	2 187 750,00	912 000,00		4 125 750,00	
02.02.20.E0.00 Outros trabalhos especializados - Outros	M		250 000,00			250 000,00	
02.02.21 Utilização de infra-estruturas de transportes			12 750,00			12 750,00	
02.02.22 Serviços de saúde							
02.02.22.A0.00 Serviços de saúde - Média e periféricos de diagnóstico	P	12 000,00	500,00			12 500,00	
02.02.22.B0.00 Serviços de saúde - Outros	P	14 250,00				14 250,00	
02.02.25 Outros serviços	P	107 000,00	22 000,00	5 120,00		134 120,00	
04 Transferências correntes							
04.07 Instituições sem fins lucrativos							
04.07.01 Instituições sem fins lucrativos			11 000,00			11 000,00	
06 Outras despesas correntes							
06.02 Diversas							
06.02.01 Impostos e taxas	P	64 000,00	36 000,00	62 000,00		162 000,00	
06.02.03 Outras							
06.02.03.PV.00 Outras - IVA a pagar	P	1 864 087,00	1 244 000,00	1 247 000,00		1 861 087,00	
06.02.03.00 Outras			6 750,00			6 750,00	
06.02.03.R0.00 Reserva			611 384,00			611 384,00	
Despesas de Capital							
07 Aquisição de bens de capital							
07.01 Investimentos							
07.01.06 Material de transporte							
07.01.06.B0.00 Material de transporte - SFA (EFR)							
07.01.07 Equipamento de informática							
07.01.07.B0 Equipamento de informática - SFA (EFR)							
07.01.07.B0.CO Equipamento de informática - Outros	T	75 000,00		10 000,00		85 000,00	
07.01.08 Software informático							
07.01.08.B0 Software informático - SFA (EFR)							
07.01.08.B0.CO Software informático - Outros	T	55 000,00		18 000,00		73 000,00	
07.01.09 Equipamento administrativo							
07.01.09.B0 Equipamento administrativo - SFA (EFR)							
07.01.09.B0.CO Equipamento administrativo - Outros	T	30 000,00		51 000,00		81 000,00	
07.01.10 Equipamento básico							
07.01.10.B0 Equipamento básico - SFA (EFR)							
07.01.10.B0.CO Equipamento básico - Outros	T	60 000,00	366 000,00	180 000,00		606 000,00	
07.01.10.B0.M0 Equipamento básico - Outros	M		1 000 000,00			1 000 000,00	
07.01.11 Ferramentas e utensílios							
07.01.11.B0 Ferramentas e utensílios - SFA (EFR)	T	100 000,00	37 000,00	90 000,00		227 000,00	
07.01.11.B0.M0 Ferramentas e utensílios - Outros	M		150 000,00			150 000,00	
07.03 Bens de domínio público							
07.03.02 Edifícios	T	500 000,00		481 500,00		981 500,00	
07.03.03 Outros construções e infra-estruturas	P	20 000,00	120 000,00	243 000,00		563 000,00	
Total		24 455 540,00	6 742 200,00	5 122 200,00	0,00	26 075 240,00	

RELATÓRIO E CONTAS

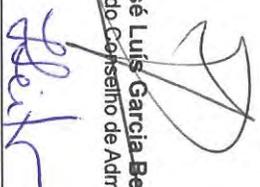
Operações de Tesouraria

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
07.1.3	Constituição e reforço de cauções e garantias	600,00			600,00
07.1.9	Outras receitas de operações tesouraria	3 198,67	1 923,20		5 121,87
07.2.9	Outras despesas de operações de tesouraria	0,00		3 198,67	-3 198,67
Total		3 798,67	1 923,20	3 198,67	2 523,20

O Contabilista Público



José Luis Garcia Beito
Presidente do Conselho de Administração



O Conselho de Administração

Isabel Leitão
Vogal do Conselho de Administração

RELATÓRIO E CONTAS

Contratação Administrativa

Euros

Entidade	Contrato			Voto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos no período com IVA à taxa legal acrescido					Pagamentos acumulados com IVA à taxa legal acrescido					Observações
	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço contratual	Número do registo		Data	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de outros e omissões	Outros trabalhos, incluindo trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de outros e omissões	
Induma-Maquinas Industriais Lda	Aquisição de 2 sistemas propulsores para as lanchas salva vidas	13/03/2018	659 623,54	660 000,00	1985/2018	23/08/2018	13/09/2018	365 101,62				720 203,24					
Dragus Int, Lda	Serviços de Dragagem Canal Docca Seca e Trabalhos Complementares 1º e 2º	04/05/2018	331 644,00	500 000,00			25/09/2018			166 203,63		407 922,12		166 203,63			
Pricewaterhousecoopers & Associados - S.R.O.C	Honorários referentes serviços de revisão do plano de atividades e orçame	17/09/2018	6 115,00				13/03/2019	7 521,45				7 521,45					
Corbroker Corretores De Seguros, SA	Seguros Arsenal do Alfeite (Renovação Seguro Saúde Grupo)	01/01/2019	74 000,00				31/01/2019	55 140,10				55 140,10					
Egeo Pressão, S.A	Serviços de recolha, transporte e encaminhamento de resíduos (Renovação)	01/01/2019	34 567,74				28/03/2019	26 238,02				26 238,02					
Interlimpe Facility Services, S.A	Serviços limpeza para as instalações do AA (Renovação)	01/01/2019	177 882,12				28/03/2019	200 562,12				200 562,12					
Mapfre - Seguros Gerais, S.A	Seguros Arsenal do Alfeite (Renovação Seguro Património)	01/01/2019	49 739,05				31/05/2019	38 034,49				38 034,49					
Mapfre - Seguros Gerais, S.A	Seguros Arsenal do Alfeite (Renovação Seguro Marítimo Responsabilidade)	01/01/2019	70 000,00				31/05/2019	38 783,47				38 783,47					
Mapfre - Seguros Gerais, S.A	Seguros Arsenal do Alfeite (Renovação Seguro Frota)	01/01/2019	2 464,35				21/02/2019	2 464,35				2 464,35					
Mapfre - Seguros Gerais, S.A	Seguros Arsenal do Alfeite (Renovação Seguro Frota)	01/01/2019	2 391,39				21/02/2019	2 391,39				2 391,39					
Nova Ertel - Empresa De Trabalho Temporário, Lda	Serviços de mão de obra especializada Compositos e Carpinteiros (Renovaç	01/01/2019	73 500,00				26/04/2019	70 754,03				70 754,03					
Vigilant - Prevenção E Vigilância Privada, Lda	Serviços de vigilância e segurança para as instalações do AA (Renovação)	01/01/2019	107 244,60				28/01/2019	120 918,27				120 918,27					
Vodafone Portugal - Comunicacoes Pessoais, S.A	Serviços Integrados Comunicações (Renovação)	01/01/2019	14 400,00				28/02/2019	12 973,79				12 973,79					
Libra - Plast AS	Aquisição de Escotilhas Estanques para equipar as lanchas SFV	12/01/2019	24 410,00	24 410,00			22/05/2019	24 410,00				24 410,00					
Eico Maschinenbau GmbH	Aquisição de banco de testes de válvulas	24/01/2019	112 893,50	113 000,00			28/02/2019	112 893,50				112 893,50					
Wartsila Portugal, S.A	Serviços de renição dos motores propulsores do NRP Francisco de Almeida	06/02/2019	275 000,00	275 000,00			17/09/2019	338 250,00				338 250,00					
Inc. Alma da - Glow Senses C.M. Unipessoal, Lda	Serviços Diagnóstico Complementares	11/02/2019	12 000,00	12 000,00			28/03/2019	9 347,55				9 347,55					
Extra Cabos - Importação E Exportação, Lda	Aquisição de cabo galvanizado para beneficiação da messagem do NRP Sagres	26/02/2019	45 834,00	45 834,00			28/05/2019	56 375,82				56 375,82					
Apacadm De Lisboa- Assoc Port Pais Amigos C Def A	Manutenção dos espaços verdes na Arsenal do Alfeite, SA	08/03/2019	22 000,00	22 000,00			27/05/2019	24 354,00				24 354,00					
Eop Comercial - Comercialização De Energia, S.A	Serviços de Eletricidade para o Estaleiro 2019	18/03/2019	320 000,00	320 000,00			27/03/2019	344 091,21				344 091,21					
Nova Ertel - Empresa De Trabalho Temporário, Lda	Serviços de mão de obra especializada Compositos e Carpinteiros (Renovaç	01/01/2019	73 500,00				27/06/2019	87 519,97				87 519,97					
Navalrocha - Soc De Const. Reparacao Naval, S.A	Serviços de intervenções âmbito docagem do NRP Sagres	01/04/2019	640 982,00	641 000,00	1421/2019	26/06/2019	31/07/2019	709 557,07				709 557,07					
Systemical - Sistema Vertical De Engenharia, Lda	Serviços de aluguer, montagem, desmontagem de estruturas em andaimes n	04/04/2019	17 100,00	17 300,00			28/06/2019	21 033,00				21 033,00					
Induma-Maquinas Industriais Lda	Aquisição de compressor Sauer (Capacidade 55's)	19/04/2019	89 628,00	90 000,00													
Wartsila Portugal, S.A	Serviços de manutenção e substituição do veio de manivelas e das camisas	09/05/2019	265 264,00	266 000,00			25/07/2019	326 274,72				326 274,72					
Sandalo - Comercio De Madeiras, Lda	Aquisição de toro kambala	12/07/2019	20 373,00	20 373,00			30/09/2019	25 058,79				25 058,79					
Egeo Tecnologias E Ambiente, S.A	Serviços de aluguer de máquinas de lavagem de peças AA	17/07/2019	18 446,22	18 500,00													
Instituto Hidrografico	Serviços de levantamento Hidrográfico no canal do Arsenal do Alfeite, S.A. e	23/07/2019	11 000,00	11 000,00			25/10/2019	13 530,00				13 530,00					
Nova Ertel Lda	Serviços de Mão-de-obra Temporária Especializada	31/07/2019	223 737,60	225 000,00			30/09/2019	158 879,10				158 879,10					
Leasplan Portugal - Comercio E Aluguer De Alugue	Serviços de aluguer operacional de quatro veículos ligeiros de passageiros	14/08/2019	77 852,16	78 048,00			29/11/2019	4 454,84				4 454,84					
Servalo & Associados - Soc. De Advogados, SP, RL	Serviços de patrocínio judicial	16/08/2019	30 000,00	30 000,00			25/12/2019	27 950,40				27 950,40					
Systemdai - Sistema De Andaimes, Lda	Aquisição de estruturas em andaime para apoio aos trabalhos de manutenç	26/08/2019	337 959,12	338 000,00			27/09/2019	394 951,97	2 656,80			394 951,97	2 656,80				
Leasplan Portugal - Comercio E Aluguer De Alugue	Serviços de aluguer operacional de três veículos ligeiros de passageiros	28/10/2019	65 820,96	66 731,04													
Systemdai - Sistema De Andaimes, Lda	Aquisição de estrutura em andaimes para cobertura dos Submarinos da Clid	14/11/2019	286 830,94	275 000,00													
Farnopol, Lda	Aquisição de manufatura de molde e da consola de comandos	10/12/2019	19 950,00	19 950,00													
Tubogal, S.A	Serviços de Locação de Estruturas em Andaime na Corveta António Enes	12/12/2019	19 950,00	19 950,00													

Nota: a tabela acima apresentada contempla os contratos escritos celebrados em 2019.

ARSENAL DO ALFEITE, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS

Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de Contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Euros	
	Concurso público		Ajuste direto		Contratação Excluída		Total	
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Valor
Empreitada de obras públicas							0	0,00
Aquisição de serviços	9	402 182,53	12	1 481 024,54	1	640 982,00	22	2 524 189,07
Locação ou aquisição de bens móveis			11	1 092 831,68			11	1 092 831,68
Concessão de obras públicas							0	0,00
Concessão de serviços públicos							0	0,00
Sociedade							0	0,00
Outros							0	0,00

O Contabilista Público

O Conselho de Administração

Isabel Leitão

Vogal do Conselho de Administração


 José Luis Garcia Belo
 Presidente do Conselho de Administração

ARSENAL DO ALFETTE, S.A.

146/156



APÊNDICES

Como apêndices ao presente relatório incluem-se os seguintes documentos:

1. Remunerações dos órgãos sociais;
2. Sistematização da informação

APENDICE I

REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos órgãos sociais no ano de 2019, foram as seguintes:

1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2015-2017	Presidente	Nuno Moniz	-	-
2015-2017	Secretário	Pedro Baptista	-	-

2. Conselho de Administração

No que respeita às remunerações dos membros do Conselho de Administração, e conforme vertido em sede de Relatório de Governo Societário, cabe salientar que as mesmas foram estabelecidas pela acionista tendo em consideração a necessária salvaguarda das seguintes premissas de ordem legal:

- ❖ Não atribuição de prémios de gestão;
- ❖ Não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- ❖ Não reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- ❖ Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes;
- ❖ Os limites mensais de gastos efetuados com viaturas, combustíveis, portagens e comunicações foram igualmente estipulados.

Assim, para além da não atribuição de prémios de gestão, a remuneração não tem componente variável nem existe qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os administradores, sendo o alinhamento dos objetivos dos

RELATÓRIO E CONTAS

membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da Arsenal do Alfeite, S.A., assegurado por meios não remuneratórios.

Salienta-se, ainda, que não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

De se mencionar, ainda, a resignação às funções apresentada pelo Vogal do Conselho de Administração – Dr. João Carlos Caldeira Gonçalves – com efeitos a 31 de outubro de 2019.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação			OPRLO		Nº de Mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2018-2020	Presidente	José Luís Garcia Belo	DUE	2/4/2018	S	Marinha	D	1
2018-2020	Vogal	Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	DUE	2/4/2018	N	-	D	1
2018-2020	Vogal	João Carlos Caldeira Gonçalves	DUE	26/11/2018	N	-	D	1

No que se refere à acumulação de funções por parte dos membros do Conselho de Administração, é de referir que não existe qualquer acumulação incompatível, tendo existido no ano de 2019, as seguintes:

Membro do CA	Acumulação de funções		
	Entidade	Função	Regime
José Luís Garcia Belo	Direção do Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar	Vogal em representação da Arsenal do Alfeite, S.A.	Privado
	Nato Navy Armaments Group – NNAG *	Chairman	Público
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	Empordef- TI **	Vogal do Conselho de Administração	Privado

* A acumulação de funções cessou em 31 de dezembro de 2019.

** A acumulação de funções cessou em 10.05.2019

RELATÓRIO E CONTAS

Refira-se que as funções acima descritas não são remuneradas de qualquer forma.

Membro do CA	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	EGP Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas de Representação
José Luís Garcia Belo	S	C	4.578,20	1.831,28
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	S	C	3.662,56	1.465,02
João Carlos Caldeira Gonçalves	S	C	3.662,56	1.465,02

Membro do CA	Remuneração Anual (€)		Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor Bruto Final
	Fixa	Variável			
José Luís Garcia Belo	86.070,16	-	86.070,16	-4.303,46	81.766,70
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	70.021,44	-	70.021,44	-3.501,09	66.520,35
João Carlos Caldeira Gonçalves	65.149,13	-	65.149,13	-3.257,46	61.891,67
			221.240,73	-11.062,01	210.178,72

Membro do CA	Subsídio de Refeição		Benefícios Sociais (€)				Outros	
	Valor/Dia	Montante pago/Ano	Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida empresa	Identificação	Valor
			Identificação	Encargo Anual				
José Luís Garcia Belo	5,00	1.040,00	CGA/IASFA	19.430,95	-	-	Seg. Acid. Trab.	1.417,23
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	5,00	1.135,00	CGA/ADSE	15.810,97	-	-	Seg. Acid. Trab.	1.159,55
João Carlos Caldeira Gonçalves	5,00	930,00	Seg. Social	14.709,44	580,82	-	Seg. Acid. Trab.	1.116,60
		3.105,00		49.951,36	580,82			3.693,38

RELATÓRIO E CONTAS



Encargos com Viaturas									
Membro do CA	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (I)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
José Luís Garcia Belo	S	S	30.727,00	AOV	dez/2013	out/2019	527,65	5.276,48	0
	S	S	-	Aluguer Temporário	nov/2019	dez/2019	1.294,28	2.588,56	0
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	S	S	30.727,00	AOV	dez/2013	out/2019	479,75	4.797,53	0
	S	S	-	Aluguer Temporário	nov/2019	dez/2019	1.293,51	2.587,02	0
João Carlos Caldeira Gonçalves	S	S	-	Aluguer Temporário	mar/2019	out/2019	638,02	5.104,14	0

Gastos Anuais Associados a Deslocações em Serviço (€)						
Membro do CA	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras Identificar	Valor	Gasto Total com viagens (Σ)
José Luís Garcia Belo	-	2.751,13	1.012,38	Diversas	122,13	3.885,64
Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão	-	230,30	32,65	-	0,00	262,95
João Carlos Caldeira Gonçalves	-	643,21	291,68	-	0,00	934,89
						5.083,48

Salienta-se que foi dado integral cumprimento à legislação aplicável em matéria de remunerações, tendo, designadamente, a remuneração dos membros do Conselho de Administração observado o disposto na Lei de Orçamento do Estado para 2019. Não foram atribuídos prémios de gestão.

RELATÓRIO E CONTAS

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº de Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Datado Contrato		
24/4/2015-31/12/2017	Fiscal Único	PWC, SROC, Ld.ª	183	20161485	DUE	24.04.2015	27/2/2013	8	7
		Representada por :							
		Jorge Manuel Santos Costa		20160471		R.O.C n.º 847		8	7
24/4/2015-31/12/2017	Suplente	Ana Maria Ávila de Oliveira		20160521		R.O.C n.º 902		8	7
		Lopes Bertão							
		José Manuel Henriques Bernardo		20160522		R.O.C n.º 903		8	7

Salienta-se que os representantes do Fiscal Único foram alterados em 2018, passando a sociedade a ser representada pelos acima indicados, isto é, Jorge Manuel Santos Costa (R.O.C n.º 847) e Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão (R.O.C n.º 902).

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais – 2018 (€)			
	Valor	Reduções	Valor Final	Identificação do Serviço	Valor	Reduções	Valor Final
PWC, SROC, Ld.ª	16.200,00	0,00	16.200,00	-	0,00	0,00	0,00
José Manuel Henriques Bernardo	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00

A remuneração do Fiscal Único observou o disposto na Lei de Orçamento do Estado para 2019.

Restantes trabalhadores

No que respeita aos restantes trabalhadores da Arsenal do Alfeite, S.A., a política salarial da empresa no ano de 2019 subordinou-se ao disposto na Lei de Orçamento do Estado.

RELATÓRIO E CONTAS

APENDICE 2

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Cumprimento das Orientações Legais – 2019	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivos de Gestão 1	x	Estabilidade do emprego	Capítulo I
Objetivos de Gestão 2	x	Reforço de capacidades de reparação e manutenção naval militar estratégicas	Capítulo I
Objetivos de Gestão 3	x	Internacionalização do estaleiro	Capítulo I
Objetivos de Gestão 4	x	Desenvolvimento de parcerias e alianças geradoras de valor	Capítulo I
Metas a atingir constantes no PAO 2019			
Princípios Financeiros de Referência	x	EBITDA (2019) +2.106.079,47€	Ponto 13 do Anexo I – Cumprimentos das Orientações Legais
Investimento	x	Executado a 86,77%	Capítulo III e Anexo II
Gastos com Pessoal	x	Variação de mais 178.313,05€ face a 2018	Anexo às Demonstrações Financeiras
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	x	Desvio de -19,84% ao nível da receita e -9,98% na despesa	Ponto 1, alínea c) do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Gestão de Risco Financeiro	x	Não aplicável.	Ponto 2 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Limites de Crescimento do Endividamento	x	Sem Endividamento	Ponto 3 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Evolução do PMP a fornecedores	x	Variação de -31,64 dias	Ponto 4 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x	Pagamentos inferiores a 90 dias a 31 de dezembro de 2019.	Ponto 4 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			
Recomendação 1	x	Aplicação de Resultados	Capítulo II
Recomendação 2	x	Redução do Prazo Médio de Pagamento	Capítulo II e Ponto 4 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais

RELATÓRIO E CONTAS



Cumprimento das Orientações Legais – 2019	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Recomendação 3	x	Cumprimento das disposições legais em matéria de contratação e de gastos operacionais	Capítulo II e Ponto 13 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Recomendação 4	x	Cumprimento das disposições legais sobre adoção do SNC-AP	Ponto 0 do Anexo às Demonstrações Financeiras em 31.12.2019
Remunerações:			
Não atribuição de prémios de gestão	x	Não atribuídos.	Apêndice 1 do Relatório & Contas
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2019	x	-11.062,01	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Fiscalização (FU) - reduções e remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	x	Não aplicável.	Apêndice 1 do Relatório & Contas
Auditor Externo - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	x	Não aplicável	Apêndice 1 do Relatório & Contas
EGP - artigo 32º e 33º do EGP			
Não utilização de cartões de crédito	x		Ponto 7 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x		Ponto 7 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x		Ponto 7 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x		Ponto 7 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Despesas não documentadas ou confidenciais – n.º 2 do Artigo 16º do RJSPE e Artigo 11º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x		Ponto 8 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens – n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=120	Ponto 9 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	x	http://www.arsenal-alfeite.pt/index.php?id=174	Ponto 10 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Contratação Pública			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x		Capítulo V e ponto 11 do Anexo I –

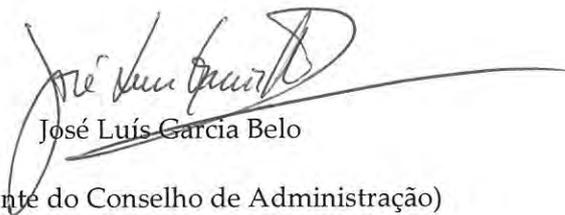
RELATÓRIO E CONTAS

Cumprimento das Orientações Legais – 2019	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
			Cumprimento das Orientações Legais
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	x	Não aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x	1 contrato	Capítulo V e ponto 11 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Auditorias do Tribunal de Contas	x	Não aplicável	Ponto 16 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Parque Automóvel			
N.º de viaturas	x	Sem variação face a 2018	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas		Vide tabela	Ponto 13 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49º do DLEO 2019)	x		Ponto 14 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Princípio da Unidade de Tesouraria (Artigo 28º do Decreto-Lei n.º 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centradas no IGCP	x	100%	Ponto 15 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Disponibilidades e aplicações na banca comercial	x	Não aplicável	Ponto 15 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	x	Não aplicável	Ponto 15 do Anexo I – Cumprimento das Orientações Legais

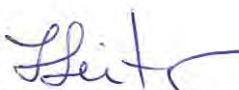
RELATÓRIO E CONTAS

2019

Versão aprovada em reunião de Conselho de Administração de 29 de abril de 2020.



José Luís Garcia Belo
(Presidente do Conselho de Administração)



Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão
(Vogal do Conselho de Administração)